

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ASSESSORIA PARA RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS BACHARELADO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO**

São Luís
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ASSESSORIA PARA RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS BACHARELADO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO**

**Comissão de Elaboração
(Port. nº 1041/2019- GR/UEMA)**

**Thales Passos de Andrade (Presidente)
Rodrigo Bastos Raposo
Alamgir Khan**

São Luís
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof. Dr. Walter Canales Sant'ana
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof^a. Dra. Zafira da Silva de Almeida
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antônio Roberto Coelho Serra
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof^a. Dra. Rita Maria de Seabra Nogueira
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof^a. Dra. Fabíola de Oliveira Aguiar
PRÓ-REITORA DE INFRAESTRUTURA

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Serra Rios
COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Prof. Thales Passos de Andrade
ASSESSOR PARA RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO GABINETE DA REITORIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	8
CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	10
1 ESTUDO DE VIABILIDADE DO CURSO	14
1.1 Dados socioeconômicos do município.....	14
1.2 Dados educacionais do ensino médio.....	19
1.3 Oferta de curso idêntico ou afim oferecido no Município	22
1.4 Existência de entidades públicas, privadas e do terceiro setor para egressos do Curso	23
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	25
2.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	25
2.1.1 Políticas de ensino	26
2.1.2 Políticas de extensão	27
2.1.3 Políticas de pesquisa.....	28
2.2 Caracterização do corpo discente.....	30
2.3 Apoio discente e atendimento educacional especializado	31
2.4 Objetivos do curso	32
2.5 Competências e habilidades.....	34
2.6 Perfil profissional do egresso.....	35
2.7 Regime escolar	36
2.8 Conteúdo Curricular	37
2.9 Matriz Curricular	39
2.9.1 Estrutura Curricular	40
2.9.2 Ementários e Referências das Disciplinas do Curso	45
2.9.3 Estágio curricular supervisionado:.....	80
2.9.4 Atividades Complementares - AC	82
2.9.5 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	83
2.10 Metodologia de Funcionamento do Curso	86
2.11 Avaliação.....	90
2.11.1 Avaliação do ensino-aprendizagem	90
2.11.2 Avaliação Institucional.....	92
3 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	96
3.1 Núcleo docente estruturante – NDE.....	96
3.2 Gestão do Curso (diretor de centro, curso e técnicos-administrativos)	98

3.3	Colegiado de Curso.....	99
3.4	Corpo Docente	99
3.5	Corpo técnico-administrativo.....	104
4	INFRAESTRUTURA	104
4.1	Infraestrutura física existente para desenvolvimento das atividades pedagógicas 104	
4.2	Acervo bibliográfico	104
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXOS E APÊNDICES.....	113

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Relações Internacionais Bacharelado

TIPO DE CURSO: Graduação

TITULAÇÃO CONFERIDA: Bacharel em Relações Internacionais

MODALIDADE DO CURSO: Presencial

AMPARO LEGAL DO CURSO:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto nº 15.581, de 30 de maio de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior, 2010;
- Resolução nº 1 - CONAES, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências;
- Resolução nº 1369 - CEPE/UEMA, de 21 de março de 2019. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão;
- Resolução nº 1023 – CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão;
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras em curso de Licenciatura;

- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 4 – CNE/CES, de 4 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências;
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Resolução nº 886/2014 - CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão;
- Resolução nº 891 – CONSUN/UEMA, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Embasamento Interno;
- Regimento Institucional;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2016-2020).

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Relações Internacionais Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi elaborado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMA (2015-20); Resolução nº1023/2019 que Estabelece o Regimento para os Cursos de Graduação da UEMA; Resolução nº 109/2018 – CEE, que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão; Portaria Normativa nº 16/2018 – GR/UEMA, que estabelece procedimentos e prazos referentes à tramitação de processos para elaboração de projetos pedagógicos; Resolução nº 4/2017 – MEC/CNE/CES; que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Internacionais, Resolução nº 875/2014 – CONSUN/UEMA, que orienta a criação do novo curso no âmbito da UEMA; Resolução nº 2, de 12 de Julho de 2007 - MEC/CNE/CES, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Internacionais – Resolução CNE/CES nº 4/2017 e Parecer CNE/CES nº 243/2017; E outras fontes utilizadas para a elaboração do currículo e para a exposição de motivos serão citadas no decorrer do texto.

O projeto de criação do curso de bacharelado em Relações Internacionais faz parte da proposta da Assessoria de Relações Internacionais da UEMA, lotada no Campus Paulo VI e inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMA para o período de 2015 – 2020 (*ad referendum*).

Ao longo deste projeto, serão apresentados o estudo de viabilidade do curso, características, matriz curricular, perfil do curso de Relações Internacionais, corpo docente, corpo técnico-administrativo e condições institucionais de implantação do curso neste Campus e concepção de forma abrangente, em consonância com as exigências do Projeto visando o funcionamento e reconhecimento do mesmo.

Por fim, este Projeto funda-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para criação de novo Curso de Relações Internacionais, que integra os objetivos de expansão e

diversificação das atividades da Universidade Estadual do Maranhão.

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A UEMA, sempre mantida pelo Estado do Maranhão, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão - FESM, criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias). A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de natureza especial, pessoa jurídica de direito público, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com os preceitos do artigo 272 da Constituição Estadual.

Posteriormente, a UEMA foi reorganizada pela Lei nº 5.921, de 15 de março de 1994, e pela Lei nº 5.931, de 22 de abril de 1994, alterada pela Lei nº 663, de 4 de junho de 1996. Em 31 de janeiro de 2003, por meio da Lei nº 7.844, o Estado promoveu uma reorganização estrutural, momento em que fora criado o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico Tecnológico, do qual a UEMA passou a fazer parte, vinculando-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico - GECTEC, hoje, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

Atualmente ¹, a UEMA encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense. Com base em 20 municípios, tem um campus em São Luís² e outros 19 Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a UEMA tem atuação em 36 Polos de

¹Em 2016, os centros sediados em Açailândia e Imperatriz passaram a fazer parte da UEMA SUL – Lei Ordinária nº 10.525 de 3 de novembro de 2016.

² O *campus* Paulo VI conta com os centros: o CCA, na área das Ciências Agrárias; o CCT, nas áreas de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; o CCSA, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas; e o CECEN, na área de Educação e Ciências Exatas e Naturais.

educação a distância e 28 municípios do **Programa Ensinar** – Programa de Formação de Professores da Universidade Estadual do Maranhão.

A atuação da UEMA está distribuída nos seguintes níveis:

- ✓ Cursos presenciais regulares e a distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura;
- ✓ Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
- ✓ Pós-Graduação *Stricto sensu* (presencial) e *Lato sensu* (presencial e a distância).

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A missão de uma instituição detalha a sua razão de ser. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão, e se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da UEMA:

Produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão.

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Desse processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está física ou virtualmente inserida. Por essa interpretação da realidade e com o horizonte à vista, vislumbra-se:

Ser uma instituição de referência na formação acadêmica, na produção de ciência, tecnologia e inovação, integrada com a sociedade e transformadora dos contextos em que se insere.

(PDI-UEMA, 2016-2020)

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

A UEMA elabora seus planos estratégicos de crescimento e define como prioridade a formação de profissionais em áreas do conhecimento que possam contribuir com o desenvolvimento regional, entendendo que a abertura de perspectivas de mudanças promissoras na realidade socioeconômicas brasileira passa, necessariamente, pela busca de melhor inserção da produção regional nos contextos nacional e internacional.

O surgimento das Relações Internacionais como ciência independente, ocorreu em 1919, na criação de uma disciplina específica na *University of Wales*, com o objetivo de explicar os motivos que levavam os países a entrar em conflitos bélicos. Ao conseguir a sua independência epistemológica, as Relações Internacionais passaram a ser estudadas e pesquisadas, principalmente, em centros e universidades norte-americanas e inglesas, resultando em uma concentração de teorias oriundas destes dois países.

Existem algumas razões que podem explicar esta supremacia dos países de língua inglesa no desenvolvimento teórico das Relações Internacionais, como, por exemplo, as econômicas, acadêmicas e de poder. Não é fato recente que estes países investem mais recursos econômicos na academia do que as demais nações, em decorrência de uma visão que acredita na pesquisa como instrumento propulsor do desenvolvimento de um país. Ao direcionar investimentos nesta área do conhecimento, Estados Unidos e o Reino Unido definiram que seriam os responsáveis pelo estudo científico deste campo do conhecimento. Uma terceira razão para essa conjuntura parte de uma percepção histórica, ao constatar que os dois países ocuparam um lugar hegemônico no sistema internacional, sendo a Inglaterra a protagonista do século XIX e, posteriormente, os Estados Unidos assumiram a dianteira a partir da Segunda Guerra Mundial.

Em virtude destas três razões, os intelectuais ingleses e norte-americanos enxergaram nesta “nova ciência” uma ferramenta capaz de explicar e compreender uma realidade mundial que estava em processo de transformação. Desta constatação,

surgiram inúmeras definições do que seriam as Relações Internacionais. Autores como Nicholson, Goldstein, Mingst, entre outros, colaboraram para o entendimento de que as Relações Internacionais envolvem uma diversidade de atores que se relacionam ao redor do mundo.

Somente ter uma ciência como instrumento de análise da realidade internacional não era suficiente para explicar a complexidade dos fenômenos que aconteciam na arena “além fronteiras”. Assim, houve a necessidade de estabelecer o objeto de pesquisa que a ciência Relações Internacionais estaria disposta a explicar cientificamente. Este objeto concentrou-se, basicamente, em seu início, no tema da paz e da guerra, sendo, posteriormente, alargado, mantendo, contudo, limites mais estreitos que os contemporâneos, para os temas que envolvem as diversas relações entre os Estados.

No Brasil, o estudo das Relações Internacionais iniciou mais tarde, pois foi apenas após a década de 1960 que pesquisadores começaram a escrever, ainda que timidamente, sobre temas que englobavam questões de Relações Internacionais. Outra peculiaridade que contribuiu para o “despertar” tardio da área no Brasil foi, sem dúvida, a falta de recursos humanos especializados na área. Em que pese alguns profissionais terem realizado estudos no exterior, poucos conseguiram sistematizar o campo dentro dos poucos Cursos de Relações Internacionais existentes no país, notadamente, na Universidade de Brasília e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. De forma também incipiente, algumas disciplinas denominadas de “política internacional”, “direito internacional”, “economia internacional”, começaram a fazer parte de alguns cursos de graduação, como o de Direito, o de Economia e o de Ciências Sociais.

O primeiro bacharelado em Relações Internacionais foi criado no Brasil no ano de 1974 pela Universidade de Brasília. A proposta, baseada em modelos de cursos de outros países, tinha como objetivo formar profissionais que pudessem atuar no assessoramento de estruturas administrativas e na formulação de políticas públicas voltadas para a política externa no contexto dos processos de internacionalização do Brasil.

O segundo curso, por sua vez, foi ofertado no final da década de 1980, pela faculdade Estácio de Sá no Rio de Janeiro, entretanto sua abordagem era distinta e mais voltada aos aspectos do comércio exterior. No ano de 1995 foram iniciados os cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade Católica de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com perfis em sintonia com a proposta desenvolvida pela UNB no sentido de privilegiar os fundamentos

multidisciplinares da área.

A grande profusão de cursos de Relações Internacionais na década de 1990 deu-se, portanto, através de instituições privadas. Tanto a desregulamentação do ensino superior no Brasil quanto o aumento da demanda por um profissional capaz de atuar em um cenário como o da década de 1990, de ampla abertura socioeconômica, foram fatores que contribuíram sobremaneira para a abertura de novas graduações na área em apreço.

É apenas nos anos 2000 que as outras instituições públicas de ensino superior além da UnB começarão a instituir as graduações em Relações Internacionais. A onda de criação seguinte começou em 2002 e tem sido fortemente caracterizada pela presença das universidades públicas, especialmente devido ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

De acordo com dados obtidos, a partir dos dados da plataforma EMEC, pela pesquisadora, *Marrielle Maia*, no seu “*Documento Técnico referente ao Produto 1 do Projeto CNE/UNESCO 914/BRZ1042.3 – Contrato AS-379/2017*”, existem hoje em instituições públicas (estaduais e federais) e Privadas, no Brasil 151 cursos de graduação em Relações Internacionais. Mesmo com a ampliação de oferta de cursos em instituições públicas, constata-se que a maior parte dos cursos de Relações Internacionais é oferecida por instituições privadas de ensino (82,78%). A tabela 1 mostra as distribuições dos cursos de Relações Internacionais, por organização administrativa, nos vários estados e regiões do Brasil. A Tabela 2 mostra os cursos de Relações Internacionais oferecidas em instituições públicas de ensino superior.

Tabela 1 – Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Região/UF por organização administrativa

Regiões/UF	Faculdade		Centro Universitário		Universidade			Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Centro Oeste	4	2,65%	6	3,97%	6	3,97%	16	10,60%	
Distrito Federal	3	1,99%	5	3,31%	2	1,32%	10	6,62%	
Goiás	-	0,00%	-	0,00%	2	1,32%	2	1,32%	
Mato Grosso do Sul	1	0,66%	1	0,66%	2	1,32%	4	2,65%	
Nordeste	4	2,65%	3	1,99%	5	3,31%	12	7,95%	
Bahia	-	0,00%	2	1,32%	1	0,66%	3	1,99%	
Ceará	1	0,66%	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	
Paraíba	-	0,00%	-	0,00%	2	1,32%	2	1,32%	
Pernambuco	3	1,99%	1	0,66%	-	0,00%	4	2,65%	
Rio Grande do Norte	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%	

Sergipe	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Norte	1	0,66%	1	0,66%	5	3,31%	7	4,64%
Amapá	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Amazonas	1	0,66%	1	0,66%	-	0,00%	2	1,32%
Pará	-	0,00%	-	0,00%	2	1,32%	2	1,32%
Roraima	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Tocantins	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Sudeste	24	15,89%	19	12,58%	40	26,49%	83	54,97%
Espírito Santo	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Minas Gerais	3	1,99%	3	1,99%	4	2,65%	10	6,62%
Rio de Janeiro	5	3,31%	6	3,97%	14	9,27%	25	16,56%
São Paulo	16	10,60%	10	6,62%	21	13,91%	47	31,13%
Sul	10	6,62%	5	3,31%	17	11,26%	32	21,19%
Paraná	2	1,32%	2	1,32%	4	2,65%	8	5,30%
Rio Grande do Sul	6	3,97%	3	1,99%	8	5,30%	17	11,26%
Santa Catarina	2	1,32%	-	0,00%	5	3,31%	7	4,64%
Não se aplica	-	0,00%	1	0,66%	-	0,00%	1	0,66%
Não se aplica	-	0,00%	1	0,66%	-	0,00%	1	0,66%
Total Geral	43	28,48%	35	23,18%	73	48,34%	151	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Não se aplica: Curso oferecido na modalidade a distância (426 polos registrados)

Tabela 2 – Cursos de Relações Internacionais em instituições públicas de ensino superior no Brasil

UNIVERSIDADE	TIPO	REGIÃO	ANO DE CRIAÇÃO*
Universidade de Brasília (UnB)	Federal	Centro-Oeste	1974
Universidade de São Paulo (USP)	Estadual	Sudeste	2002
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Franca)	Estadual	Sudeste	2002
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Marília)	Estadual	Sudeste	2003
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Federal	Sul	2004
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Estadual	Nordeste	2006
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Federal	Norte	2006
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Federal	Sudeste	2008
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Federal	Sudeste	2009
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Federal	Nordeste	2009
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Federal	Sul	2009
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Federal	Sul	2009
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Federal	Sudeste	2009
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Federal	Centro-Oeste	2009
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Federal	Sul	2009
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRR)	Federal	Sudeste	2010
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Federal	Nordeste	2010
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Federal	Sul	2010
Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)	Federal	Sul	2010
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Federal	Norte	2011
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Federal	Sudeste	2011
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Federal	Centro-Oeste	2012**

Fonte: Dados compilados no site do e-MEC, disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Legenda: (*)

Considera-se o ano que está disposto no site do MEC. (**) Ainda que as atividades de criação do curso constem oficialmente no site do MEC de 2012, a primeira turma de ingresso no curso de Relações Internacionais da UFG deu-se em 2013.

É evidente a necessidade de formar profissionais não somente capazes de se

relacionar com as instituições e a sociedade de maneira a respeitar os princípios básicos de direitos humanos, como também de compreender e intervir nos múltiplos aspectos das relações entre sociedades e Estados nacionais.

Portanto, a criação de um curso de bacharelado em Relações Internacionais no Maranhão busca suprir a lacuna referente à formação de pessoal especializado para atuar em instituições regionais, nacionais e internacionais que, por sua natureza e função, demandam uma percepção aprofundada dos objetivos e das práticas dos atores no Sistema Internacional.

1 ESTUDO DE VIABILIDADE DO CURSO

O Maranhão está localizado no oeste da região Nordeste e tem como limites o Oceano Atlântico (N), o Piauí (L), o Tocantins (S e SO) e o Pará (O). Sua extensão territorial é de 331.935,507 quilômetros quadrados, ocupando 3,9% do território nacional. Possui mais de 640 km de litoral, sendo, portanto, o estado com o 2º maior litoral brasileiro, superado apenas pela Bahia. O Estado está dividido em 217 municípios e, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem em torno de 7.075.181 habitantes (6.574.689 segundo último censo), sendo considerado o terceiro estado mais populoso do Nordeste, o décimo do Brasil. O crescimento demográfico é de 1,5% ao ano e a densidade demográfica é de 19,8 habitantes por quilômetro quadrado. O Estado apresenta 18,43 habitantes por km², sendo o décimo sexto na lista de estados brasileiros por densidade demográfica. Cerca de 70% da sua população vive em áreas urbanas.

O Estado é formado por dois biomas que caracterizam o território brasileiro, a Amazônia e o Cerrado e outros dois de transição, a Amazônia/Cerrado e a Caatinga/Cerrado, totalizando quatro biomas possuidores de uma diversificada e rica base de recursos naturais.

1.1 Dados socioeconômicos do município

O território maranhense é cortado por oito rodovias federais, enquanto que as

rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal. A rede rodoviária do Estado possui um total de 58,3 mil km, incluindo os trechos planejados. No transporte ferroviário, o Maranhão possui atualmente a melhor malha do Nordeste, especialmente devido à presença em seu território de parte (668 Km) da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de propriedade da Vale, sendo uma das ferrovias de maior produtividade do Brasil, de bitola larga (1,60 m) e que é utilizada para o transporte de minérios desde as minas de Carajás-PA até o Porto de Itaqui.

No que diz respeito ao modal aquaviário, destaca-se um componente estratégico para a economia do Maranhão, o Complexo Portuário de Itaqui. Trata-se de um complexo formado pelo Porto Público de Itaqui e os terminais privados de Ponta da Madeira (Vale) e da Alumar, sendo o segundo maior complexo portuário em movimentação de carga do Brasil. Pode-se afirmar que o complexo portuário é o principal indutor do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, que tem investimentos previstos para os próximos anos em áreas como refino de petróleo, agronegócio, celulose, cimento e geração de energia, entre outros. Apesar de ter um histórico operacional recente satisfatório, o complexo portuário necessita permanentemente de novos investimentos, alguns dos quais já planejados ou em execução.

Com relação ao transporte aéreo, o Maranhão possui dois aeroportos que são administrados pela Infraero e que possuem voos regulares, nas cidades de São Luís e Imperatriz. A capacidade instalada de geração de energia elétrica do Maranhão é de 3.389 MW, correspondendo a 2,1% do total do Brasil. Ao todo, são 43 empreendimentos em operação, subdivididos em geração termelétrica, hídrica, eólica e solar, esta última de forma pontual, em ilhas não atendidas por rede de transmissão. Sobressai-se no Estado a termelétrica, representando 73,9% da capacidade instalada estadual.

A hidroeletricidade, formada por duas usinas de fronteira (UHE Estreito, no rio Tocantins, e Boa Esperança, no rio Parnaíba), participa com 19,5%, e a fonte eólica com 6,5%. A geração eólica no Estado concentra-se nos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves, sendo constituída por oito parques que formam o Complexo Eólico Delta 3. Ainda de acordo com a ANEEL, está prevista para os próximos anos a adição de 100,5 MW na capacidade de geração do Estado, sendo quatro usinas eólicas (95 MW) e uma termelétrica (5,5 MW). A geração de energia elétrica no Maranhão tem superado o consumo nos últimos anos. Desta forma, o Estado é exportador líquido de

energia elétrica, tendo obtido superávit de 7.505 MW em 2017, cerca de metade do que gerou. A geração elétrica no Estado ocorre principalmente a partir de fontes fósseis, utilizando-se gás natural, carvão mineral e óleo combustível.

O Maranhão apresenta também potencialidades em energia solar. O Estado possui níveis elevados de irradiação solar, embora existam áreas do País com melhores indicadores. A título de comparação, o menor nível de irradiação no Maranhão é superior ao maior da Alemanha, país que atualmente detém a segunda maior capacidade instalada de geração solar no mundo. Apesar do potencial econômico, o IDH do Estado é classificado como médio, 0,639 em 2010, estando situado em 26º entre as 27 Unidades Federativas brasileiras. O Maranhão possui o quarto maior PIB do Nordeste, ou seja, R\$ 78,5 bilhões em 2015, o que corresponde a 1,3% do total da economia brasileira (R\$ 5,9 trilhões em 2015) e 9,2% do total da economia do Nordeste (R\$ 848,5 bilhões em 2015).

O PIB per capita atingiu R\$ 11,4 mil em 2015, abaixo do indicador médio do Nordeste (R\$ 15.626 em 2015) e correspondendo a aproximadamente um terço da média nacional (R\$ 29,3 mil em 2015). O estoque de empregos formais no Maranhão alcançou 700.200 postos de trabalho, também a quarta posição entre as Unidades Federativas da Região, correspondendo a 1,5% do total Nacional (46.060.198 postos de trabalho) e 8,3% do total do contingente de empregados no Nordeste (8.436.203 postos).

A reanimação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica do estado maranhense, desde que o prolongado *boom* internacional de *commodities* passou a favorecer o desempenho econômico do Estado, dotado de recursos naturais. A partir de 2002, além do crescimento do PIB, com maior robustez, houve aumento da geração de empregos com carteira assinada, que contribuiu para a formalização de contratos de trabalho. Esse breve informe sobre a economia maranhense abrange o período 2002- 2015, utilizando os dados das Contas Regionais do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As duas últimas décadas presenciaram importantes transformações no Maranhão, seja na distribuição territorial da população ou nas relações de trabalho e, em particular, na estrutura produtiva do Estado. Vários fatores contribuíram para tais mudanças, em especial, os investimentos públicos em infraestrutura e inovações tecnológicas, que estimularam a atração de empresas privadas no agronegócio, em

especial no complexo soja-milho-algodão-pecuária e as indústrias de transformação, com destaque para a extrativa mineral, papel e celulose, bebidas, alimentos e metalurgia.

O Produto Interno Bruto O Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão alcançou R\$ 78,5 bilhões em 2015, sendo o quarto maior do Nordeste, correspondendo a 9,2% do total da economia regional. Em 2002, o PIB do Maranhão era de R\$ 44,5 bilhões, representando 8,0% do total da economia do Nordeste. O Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão registrou crescimento médio de 4,5% a.a. de 2002 a 2015, média superior ao incremento verificado no Nordeste (3,3% a.a.) e no Brasil (2,9% a.a.), em igual período. A economia maranhense apresentou, assim, a sétima maior expansão entre as Unidades Federativas do País no intervalo de tempo analisado.

Vale ressaltar que, quando se considera a série histórica 2002-2015, o PIB maranhense apresentou taxas de crescimento acima da média do Nordeste e do Brasil, com exceção dos anos de 2006, 2008 e 2015. No mesmo período em análise, o crescimento do PIB maranhense, de 76,4%, superou os resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 53,4% e 45,4%, respectivamente. Percebe-se, portanto, que a taxa de crescimento do Maranhão, acima da média regional e nacional, possibilitou a elevação da participação do PIB desse Estado em relação ao PIB do Brasil para 1,3% por quatro anos consecutivos, isto é, de 2012 a 2015:

Ainda relativo à projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Maranhense, houve uma reavaliação para 4,8% em 2017 e para 3,5% em 2018 - o PIB maranhense de 2017, calculado pelo IMESC em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será divulgado somente em novembro de 2019. Houve, ainda, em 2018, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), o aumento esperado da produção de grãos no Estado que deverá atingir 16,1%, contribuindo com 1,0 ponto percentual para o PIB projetado.

A expansão econômica foi impulsionada pelos investimentos públicos realizados em infraestrutura, em especial na expansão da geração e distribuição de energia elétrica e na construção de modais de transportes, com destaque para a implantação do complexo portuário de Itaqui, além da expansão da malha ferroviária no Estado. Os referidos investimentos contribuíram para atrair empresas privadas para o Maranhão,

viabilizando os setores da agropecuária, indústria e serviços, cabendo destacar o cultivo e processamento de grãos e de algodão, em conjunto com a expansão da pecuária e da silvicultura. É importante destacar ainda o incremento da indústria de transformação, com ênfase na metalurgia, celulose e papel, alimentos e bebidas.

O Maranhão também reduziu a desigualdade no comparativo com sua Região, pois a relação entre o PIB per capita do Estado e o PIB per capita do Nordeste passou de 68,7% em 2002 para 75,8% em 2015. Esse resultado implica dizer que também ocorreu redução na desigualdade econômica entre o Maranhão e o Nordeste. Portanto, a desigualdade entre o PIB do Maranhão e do Brasil, medida pela relação PIB per capita (Maranhão/Brasil), obteve redução entre 2002 e 2015. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Maranhão possa ser beneficiado.

A vocação econômica do Maranhão para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 31.765 estabelecimentos com porte de microempresa e 4.987 estabelecimentos de pequeno porte, ou seja, 80,0% do total do número de estabelecimentos do Estado.

Utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 2002 e 2016, percebe-se que o referido relatório registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD contínua realizada pelo IBGE, que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não apresenta o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objeto de sua base de dados. O quantitativo de estabelecimentos no Estado do Maranhão apresentou crescimento de 137,3% no período de 2002 a 2016, passando para 45.925 estabelecimentos em 2016, ante 19.350 estabelecimentos, em 2002. Observou-se que a distribuição de empresas por setor permanece praticamente com a mesma estrutura, concentração de empresas nos setores de Comércio e Serviços, que somados, obtiveram participação de 81,7% em 2016 e 80,2% em 2002.

Assim, os segmentos de comércio e serviços, que respondiam por 40,4% dos empregos formais do Estado, juntos, empregando 133.237 pessoas no ano 2002, passaram a representar 47,9% dos empregos formais do Estado, fornecendo 335.375 postos de trabalho em 2016. Entre os subsetores, destacam-se a participação do volume de empregos do Comércio Varejista (17,4%) e Administração Técnica de Profissionais (7,9%) em 2016. Vale salientar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos

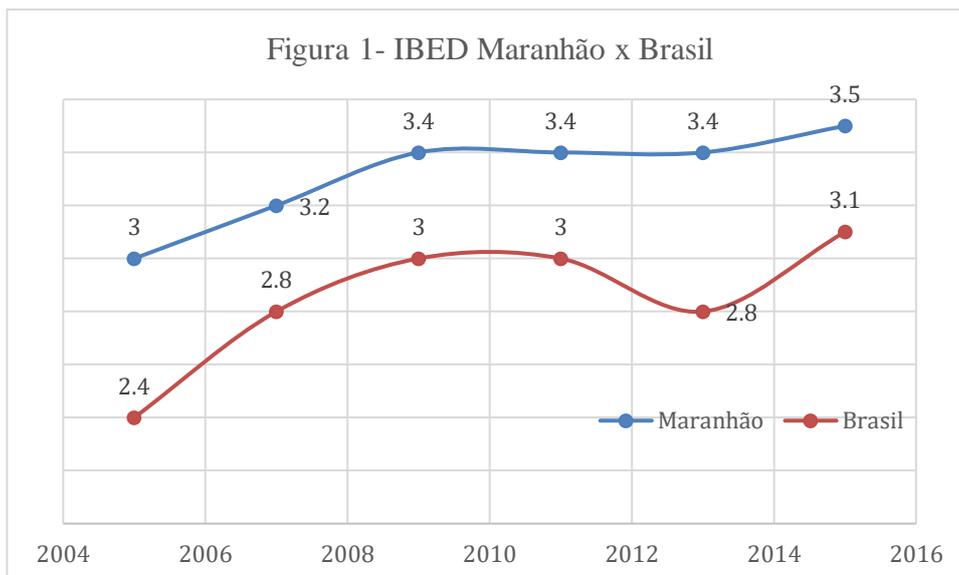
investimentos nos setores de comércio e serviços que, por sua vez, são impulsionados pelo crescimento no consumo das famílias (IBGE, 2015).

1.2 Dados educacionais do ensino médio

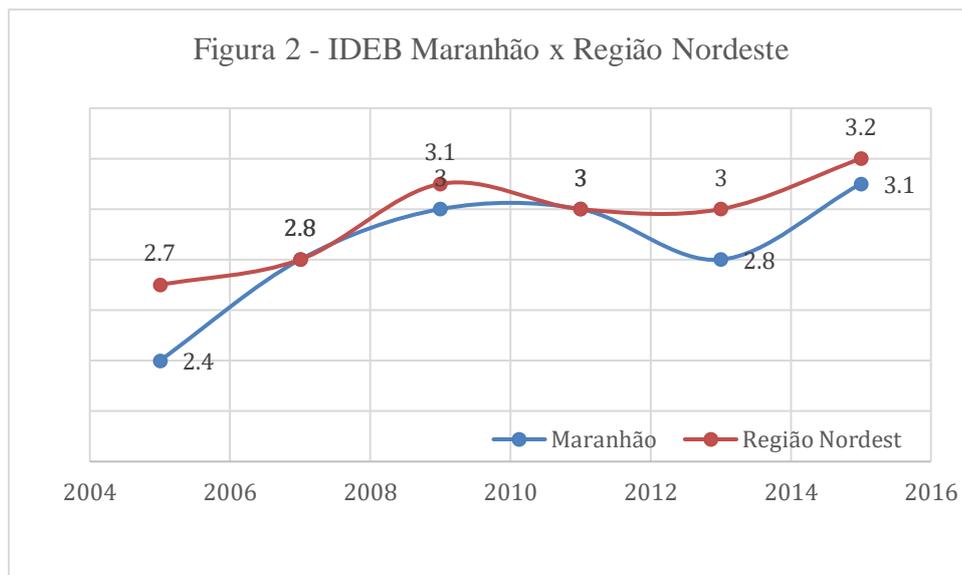
A Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC) tem como missão elaborar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas públicas no âmbito educacional, primando pela qualidade do ensino e acesso de todos à educação.

A SEDUC atua de forma descentralizada, por isso conta com as Unidades Regionais de Educação que foram criadas com o objetivo de promover a reestruturação administrativa, a descentralização e a gestão participativa no governo do estado do Maranhão, resultando no aumento do controle social das ações governamentais. As 19 Unidades Regionais de Educação (UREs) maranhenses são: Açailândia; Bacabal; Balsas; Barra do Corda; Caxias; Chapadinha; Codó; Imperatriz; Itapecuru-Mirim; Pedreiras; Pinheiro; Presidente Dutra; Rosário; São João dos Patos; Santa Inês; Timon; Viana; Zé Doca e São Luís.

De acordo com o Censo Escolar de 2015, a rede estadual de educação do Maranhão é composta por 1.095 escolas. São 526 unidades (48%) localizadas em área urbana e 569 (52%) em área rural. As matrículas das escolas estaduais – reunindo todas as etapas e modalidades de ensino – somam um total de 364.533. São 297.990 matrículas em área urbana e 66.543 na área rural. Do total de escolas do estado, 779 compõem a rede de Ensino Médio regular estadual, estando 468 (60%) delas localizadas na área urbana e 311 (40%) escolas na área rural. O total de matrículas em escolas com Ensino Médio regular totaliza 281.194 que estão distribuídas da seguinte forma: 239.166 matrículas em escolas urbanas e 42.028 matrículas em escolas situadas em área rural. O IDEB do Maranhão saiu de 2,4 em 2005 para 3,1 em 2015. Essa trajetória, contudo, não foi linear: em 2007, um aumento de 0,4 elevou o resultado para 2,8; em 2009, um pequeno aumento de 0,2 levou a nota do Ideb para 3,0, mantendo esse resultado em 2011. Mesmo com a maior nota alcançada em 2015 (3,1), o estado se manteve atrás da média nacional em todo o período analisado.



O Gráfico 2 mostra dados do Maranhão e da Região Nordeste. Nele, nota-se que o desempenho do Estado manteve-se próximo ao da região em toda a série histórica. A maior diferença entre as médias pode ser observada em 2005, quando o Maranhão ficou 0,3 pontos atrás da Região Nordeste. Já entre 2007 e 2011 os resultados são iguais, com exceção do ano de 2009, quando a Região Nordeste superou o Estado em apenas 0,1 ponto. Por serem muito semelhantes, os desempenhos do Maranhão e de sua Região, observa-se que ambos se mantiveram atrás da média nacional em todo o período analisado, embora tenham apresentado melhora em seus desempenhos, se comparado ao início da série. Em 2015, o Estado encerrou o período de análise com Ideb 3,2 (0,1 acima da média regional). Segundo o portal do Governo do Estado, de 2015 para 2017, o Maranhão subiu de 3,1 para 3,4. No ranking dos estados do Nordeste, o Maranhão também galgou algumas posições, saindo do 5º lugar e chegando ao 3º, entre os nove estados, ficando atrás apenas de Pernambuco e Ceará.



Segundo o Panorama do Território realizado pelo Instituto Unibanco, uma porcentagem significativa de jovens tem responsabilidades que os afastam da escola ou dificultam seriamente sua formação. No Maranhão 20% dos jovens já são responsáveis por seus domicílios; cerca de 55% já trabalham; 42,5% das jovens têm filhos; e, apesar da obrigatoriedade, quase 16,85% dos jovens estão fora da escola.

Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação do MA (SEDUC), que é o órgão responsável pela educação, há um total de 19 Unidades Regionais de Educação. Em relação ao desempenho estadual da educação, o Estado do Maranhão manteve resultados oscilantes entre 2005 e 2013, sempre inferiores à média nacional e da região nordeste.

As políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado Maranhão revelaram diferentes Programas e Projetos. Dentre eles, dois projetos são desenvolvidos exclusivamente pela SEDUC, enquanto que as iniciativas desenvolvidas pelo/em parceria com o MEC, seis iniciativas são realizadas em parceria com outro órgão governamental, e apenas 01 projeto é fruto de parceria com entidades privadas.

Segundo o Portal do Governo do Maranhão, considerando os jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio, a taxa passou de 45,2% para 52% no período, crescimento de 6,8 pontos percentuais. Ainda de acordo com a pesquisa, a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos subiu de nove anos de estudo para 10,5 anos de estudo de 2014 a 2018.

Os investimentos feitos pelo Governo do Maranhão na área educacional têm resultado em melhorias no dia a dia das escolas e têm sido observados em levantamento que aferem os indicadores da qualidade da educação básica no Brasil. Exemplo disso é

o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que também foi mencionado pelo estudo do ‘Todos pela Educação’.

As melhorias registradas coincidem com o período de aplicação do Programa Escola Digna que, em 2015, foi instituído como política educacional estruturante para o Maranhão, com metas claras e ações definidas para transformação da educação pública maranhense. Com o programa, em quatro anos, o governo investiu na infraestrutura das escolas com construções, reformas e revitalizações, que já chegaram a aproximadamente 850 escolas das redes estaduais e municipais.

Ao mesmo tempo em que se trabalhava pela melhoria do espaço físico, o capital humano, também, foi valorizado e pensado como um dos principais atores desse processo de transformação. Ações voltadas para a requalificação do ensino, como a valorização dos profissionais do magistério, formação de professores, atualização da sistemática de avaliação e alinhamento da proposta curricular da rede estadual, acompanhamento pedagógico dos indicadores e implantação do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA), que é uma ação integrante do Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem e do programa Mais Ideb.

1.3 Oferta de curso idêntico ou afim oferecido no Município

O acesso à educação no Brasil, em qualquer nível e modalidade, vem comumente articulado à questão da democratização da extensão das oportunidades educacionais a todos os cidadãos. Refere-se, como afirma Tavares Jr. (2014), à expansão da disponibilidade de vagas, convertidas em matrículas, a todos em idade escolar e, nesse sentido, envolve a adequação da oferta à demanda da população.

Para atingir e preencher a demanda da comunidade maranhense, visando melhorar as graduações e as qualificações profissionais, existem três universidades públicas principais: a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Instituto Federal do Maranhão (IFMA) no município de São Luís. Também existem algumas outras faculdades e universidades públicas e particulares: Universidade CEUMA, Faculdade Santa Teresinha (CEST), Faculdade Pitágoras de São Luís, Faculdade de Educação São Francisco (FAESF), Faculdade Estácio, Faculdade Santa Fé (CESSF), Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA), Faculdade do Maranhão (FACAM-MA),

Faculdade Evangélica do Meio Norte (FAEME), Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA) Faculdade do Baixo Paraníba (FAP) Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM), Faculdade de Educação de Bacabal (FEBAC), Instituto Florense de Ensino Superior (IFES) Faculdade Laboro, Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão (FACEMA) que atende a comunidade maranhense com objetivo de melhorar a graduação de profissionais.

Em São Luís – MA, não há instituição que ofereça o curso de Relações Internacionais Bacharelado. Portanto, faz-se necessária a abertura desse curso, para atender aos egressos e à grande demanda que se insere nessa região. A implantação do curso no *Campus* de São Luís, além de ofertar uma nova qualificação profissional na área de comercio exterior, diplomacia, consultório e generalista, também ampliaria as ações estratégicas na área. Assim, o novo curso encontra significativo respaldo da comunidade e dos diversos atores envolvidos, criando uma expectativa positiva, ao contemplar as reais necessidades regionais e locais.

1.4 Existência de entidades públicas, privadas e do terceiro setor para egressos do Curso

Os egressos do curso poderão atuar nas seguintes funções:

- No setor público: Carreira Diplomática (MRE); Oficial de Chancelaria (MRE); Analista de Comércio Exterior (MDIC); Oficial de Inteligência (ABIN); Consultor legislativo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; e Assessor da área internacional de governos federal e estadual; Secretarias do Governo estadual, em especial as de Comunicação Social e Assuntos Políticos – SECAP, Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Estado do Turismo – SETUR; Secretarias Municipais, notadamente, as de Articulação Institucional, Informação e Tecnologia, Turismo; Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.

- No setor privado: agente de comércio exterior; agente financeiro; organizador de eventos internacionais; assessor e pesquisador de mídias impressa e eletrônica; analista de mercado; assessor em câmaras bilaterais de comércio; assessor em entidades patronais (como, FIEG, ACIEG, etc.), de câmaras de comércio e consultor de empresas, dentre outras funções; Porto do Itaqui, tanto em atividades concernentes a Gestão e

Operações Portuárias quanto nas de Operações de Comércio Exterior; Vale do Rio Doce, em inúmeras áreas/funções referentes a comércio exterior; Porto do Itaqui, desde áreas jurídica e econômica até assessoria de operações envolvendo estrangeiros nos terminais; Federação das indústrias do Maranhão – FIEMA, ligado ao Centro Internacional de Negócios – CIA, à Assessoria à Internacionalização, ou a outros setores; Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Maranhão - APROSOJA, entre outras Associações/Empresas afins; Empresas de operações/soluções aduaneiras, INTERTRADE, entre outras.

- Em organizações internacionais e agências intergovernamentais (tais como, Organização das Nações Unidas e suas diversas agências, Organização Internacional do Trabalho, Organização dos Estados Americanos, Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, Mercosul e Organização Mundial do Comércio, dentre outras.

- No setor acadêmico: pesquisador, professor universitário e gestor acadêmico administrativo em diversas instituições, como Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Centro Universitário do Maranhão – CEUMA, Universidade Dom Bosco, Faculdade Pitágoras, entre outras.

- No terceiro setor: consultor, assessor e gestor de projetos de organizações não governamentais.

Não existe hoje, praticamente, nenhum profissional formado na área de Relações Internacionais, que trabalhe de maneira solitária ou em alguma forma de empresa.

A implantação do curso de Relações Internacionais Bacharelado no Campus São Luís, está diretamente ligada à necessidade de atender a uma área de conhecimento, cuja atuação docente ainda é precária em todo o país. Tal curso é apontado como uma das demandas principais entre os cursos a serem ofertados pela Universidade Estadual do Maranhão.

O Curso de Relações Internacionais Bacharelado vem ampliar a função eminentemente social da Instituição, tendo como cenário o contexto social onde está inserida e a qual se compromete a servir. A graduação em Relações Internacionais do presente projeto prima por uma sólida formação própria da área que seja geral e humanística, e que possibilite a compreensão das questões nacionais e internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e

social. Ao mesmo tempo, ao graduado é dada a oportunidade de desenvolver habilidades técnicas em áreas diversas que contemplem suas necessidades e interesses.

Assim, a formação técnica contemplada em disciplinas no campo do estudo de Relações Internacionais (RI) é, por sua natureza, interdisciplinar, e integra componentes de Economia, Administração, Ciências Sociais, Ciências Política, História, Geografia, Direito, Antropologia, segurança e Filosofia.

Neste sentido, a implementação desta proposta se encaixa perfeitamente na abordagem interdisciplinar do projeto pedagógico da UEMA, permitindo o desenvolvimento das capacidades individuais, como também a igualdade de oportunidade de acesso ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania plena e responsável.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A Política de Apoio ao Estudante visa promover a implantação de programas diversificados de atenção e atendimento aos acadêmicos, buscando o pleno desenvolvimento do corpo discente, considerando a promoção do bem-estar e desenvolvimento integral do estudante, condição essencial aos processos de aprendizagem e ao sucesso acadêmico, pessoal e profissional. Prevê atividades tais como: apoio ao desenvolvimento acadêmico, suporte psicossocial, acesso às atividades socioculturais e esportivas, além de apoio ao egresso.

Em consonância com as políticas institucionais, o Curso fundamenta-se na formação de um aluno participativo no processo ensino-aprendizagem, capaz de atuar em política internacional, análise de conjuntura econômica e social, diplomacia, planejamento estratégico, inteligência competitiva, assessoria de governos e empresas, negociações internacionais, análise de riscos políticos, pesquisa acadêmica, consultorias estratégicas e operações financeiras internacionais.

Os programas interdisciplinares, as atividades complementares, o trabalho de curso e o estágio curricular representam o forte enfoque teórico-prático que sustentam o

Curso. Nesse sentido, o currículo é estruturado a partir de uma visão multidisciplinar e interdisciplinar, articulando teoria e prática, enfatizando as inter-relações estabelecidas entre os diferentes saberes, entre o contexto acadêmico e a realidade social.

2.1.1 Políticas de ensino

O desafio que se impõe ao Curso Relações Internacionais Bacharelado é de desenvolver a capacidade construtiva do conhecimento, e isto passa por um contexto contemporâneo representado pelo avanço tecnológico, pelo trans e multiculturalismo, pelo sistemismo das organizações, pela transnacionalização do conhecimento e por vários outros aspectos da realidade pós-moderna. Este desafio operacionaliza-se no currículo.

Considera-se que o compromisso do Internacionalista/Generalista na área de Relações Internacionais, como profissional, seja com a geração de conhecimento sobre as relações, processos e mecanismos que regulam a vida, os fenômenos sociais e com a ação política para transformá-los.

A construção do conhecimento pelo educador deverá permitir o entendimento a respeito da verdade crescente de processos, instrumentos etc. Para que este entendimento se efetive, faz-se necessário que se determinem os paradigmas dominantes neste período. Assim, os profissionais de Relações Internacionais terão o papel preponderante nas questões que envolvem as transformações que ocorrem tanto na sociedade dos seres humanos nacionais, quanto na dos internacionais.

Os núcleos metodológicos do Curso são o princípio educativo do trabalho, concebido na indissociável relação teoria/prática e no princípio da construção histórica e interdisciplinar do conhecimento, desenvolvido através de atitudes investigativas e reflexivas da sua política, com vistas a dar à teoria sentido menos acadêmico e mais orgânico. A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, no processo de formação acadêmica, isto é, a reflexão teórica e a prática do professor estarão presentes, de forma dialetizadora, na experiência da formação profissional.

Segundo Tedesco(apud PCN 1998, p.23), *vivemos uma circunstância histórica inédita, na qual as capacidades para o desenvolvimento produtivo seriam idênticas*

para o papel do cidadão e para o desenvolvimento social. Considerando tal correspondência entre as competências exigidas para o exercício da cidadania e para as atividades produtivas, deve-se repensar o papel da educação como elemento de desenvolvimento social.

Nesse sentido, a educação superior, como nos diz a LDB, nº 9.394/96, “deve estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.”

O Curso de Relações Internacionais, neste projeto, repensa esse papel da educação, por meio de uma nova proposta curricular, que considera a organização de atividades e ações que possam desenvolver habilidades cognitivas e competências sociais a partir do conhecimento. Essa proposta curricular deve expressar a contemporaneidade e, considerando a rapidez com que ocorrem as mudanças na área do conhecimento e da produção do conhecimento, ter a ousadia de sondar possibilidades futuras.

2.1.2 Políticas de extensão

A Extensão universitária foi conceituada a partir de um debate democrático desenvolvido nos Fóruns de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras (FORPROEX), do qual a UEMA participou ativamente, realizados em 2009 e 2010.

Na ocasião, as universidades e a sociedade em geral foram apresentadas ao conceito de extensão que segue:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, cinético e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

A Extensão, ao longo dos anos de existência da UEMA, tem sido exercida como forma de retorno à sociedade e campo de desenvolvimento técnico dos alunos, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 ao conceber a “Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207).

Em 2014, a UEMA publicou a resolução CAD 882/2014, na qual atualizou, segundo este conceito e as mudanças no cenário mundial e nacional, o papel da

extensão na instituição:

Art. 4º: São consideradas atividades de extensão aquelas que: compondo o processo educativo, cultural e científico, articulem de forma indissociável as atividades de ensino e os resultados da pesquisa na forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, produções e publicações e outras ações desenvolvidas com e para sociedade, aí se incluindo a orientação de discentes em projetos de extensão, bem como a captação de recursos para o desenvolvimento desses projetos.

Mais recentemente, em 2015, a UEMA toma frente no debate do Estado sobre auxílio aos municípios de menor IDH e lança o Programa Mais Extensão, com projetos previstos para 2016 que descentralizarão as ações para seus 21 campi e promoverão cursos de extensão e intervenções nos 30 municípios de menor IDH.

A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) da Universidade Estadual do Maranhão tem a missão de promover a cooperação internacional na área de pesquisa, ensino e a disseminação de conhecimentos nas áreas de Relações Internacionais, estreitar os vínculos acadêmicos com instituições nacionais e estrangeiras e aumentar o entendimento público sobre os assuntos mundiais.

Como parte dos esforços contínuos em promover o contato de seus alunos e docentes com estudiosos de alto nível, foram criados programas e instituídos procedimentos internos para receber estudantes e pesquisadores estrangeiros.

Concomitantemente, a ARI considera a experiência de intercâmbio acadêmico no exterior fundamental para a formação de graduados polivalentes, fundamentada em conhecimentos multidisciplinares necessários à compreensão de fenômenos internacionais e com flexibilidade intelectual para explorar uma gama variada de oportunidades profissionais, em sintonia com o largo espectro de oportunidades profissionais abertas a internacionalistas.

2.1.3 Políticas de pesquisa

Quanto à política de pesquisa e pós-graduação, a Universidade Estadual do Maranhão aprovou em julho de 2015, a Resolução 1158/2015 – CEPE, que implementou o Programa de Qualidade Total dos Programas de Pós-Graduação (PROQUALIT), com o propósito de integrar programas de incentivo à produção

acadêmica docente, já existentes na Universidade, a um Plano de Ação para os Programas de Pós-Graduação.

O PROQUALIT vem possibilitando o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos cursos de mestrado e doutorado, o que viabiliza um conjunto de ações com vistas à consolidação desses cursos, de forma que sejam reconhecidos em nível nacional e internacional por boas avaliações e formação de recursos humanos de qualidade. As ações do Programa abrangem dimensões variadas da vida acadêmica, que convergem para um quadro de professores doutores, com indicadores de produção adequados para atuação em cursos de mestrado e doutorado, a saber:

a) Participação nas discussões sobre concursos públicos para contratação de docentes. Os Centros que tiverem Programa de Pós-Graduação na área objeto da contratação deverão ter o perfil do candidato traçado, de comum acordo, com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), de modo que, ao ingressar na carreira do Magistério Superior, o candidato atenda aos requisitos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação;

b) Atendimento, por parte da PPG, das demandas por melhoria ou ampliação dos espaços para a Pós-Graduação, com incentivo e organização de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento; tarefa que também caberá à administração superior, no que diz respeito a alocação de recursos próprios ou conveniados para o desenvolvimento da Pós-Graduação;

c) Instituição do Comitê de Avaliação do Desempenho da Pós-Graduação, para avaliação de cada curso. Para as visitas, convidamos dois consultores *ad hoc* externos e um representante interno, preferencialmente um coordenador de pós-graduação;

d) Acompanhamento periódico dos dados relativos às atividades desenvolvidas pelos docentes e discentes dos cursos de mestrado e doutorado, a ser realizado pelas Coordenações de Pós-Graduação/PPG, para posterior compilação e alimentação da Base de Dados da CAPES;

e) Regulamentação dos critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente do quadro permanente dos cursos de mestrado e doutorado;

f) Consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica: apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais, conforme Resolução nº 178/2015 CAD/UEMA; incentivo a publicação científica qualificada, conforme Resolução nº 1123/2015 CEPE/UEMA; apoio a tradução de artigos científicos, conforme Resolução nº 1123/2015 CEPE/UEMA; pagamento de Bolsa

Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão, conforme Resolução nº 1136/2015 CEPE/UEMA; internacionalização dos cursos de mestrado e doutorado, a partir de missões de trabalho e estudo no Brasil e no exterior; apoio da Editora UEMA para projetos de publicação apresentados pelos cursos; realização do prêmio Dissertação e Tese; realização de prêmio Produção Técnica (produtos e patentes); oferta de cursos de redação de artigos e/ou patentes para docentes e discentes; incentivo aos docentes recém-contratados e recém-doutores; pagamento de Taxas de Bancada para docentes Bolsista Produtividade; criação e manutenção de periódicos; e ciclos de Conferências;

g) Estabelecimento de normas e prazos internos para a apresentação de novas propostas de Programa de Pós-Graduação no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos - APCN da CAPES.

2.2 Caracterização do corpo discente

O ingresso de alunos no curso de Relações Internacionais do CCSA/UEMA ocorrerá por meio de processo seletivo de Acesso à Educação Superior – PAES, segundo o edital nº 42/2019 - GR/UEMA, com 02 sistemas de preenchimentos de vagas: o sistema universal e o sistema de reserva de vagas, caracterizados por estudantes negros, de comunidades indígenas e/ou pessoas portadores de deficiência. Para o ano 2021.1, serão ofertadas 40 (quarenta) vagas, sendo 04 (quatro) para o sistema especial de vagas e 38 (trinta e oito) para o sistema universal.

Embora este processo seja o principal mecanismo de ingresso no UEMA para os cursos de graduação, outras formas de acesso também estão previstas, como transferências, seguindo as normas gerais do ensino de Graduação e Resolução nº 1369/2019, para matrículas de portadores de diploma de nível superior. O pedido de transferência facultativa será recebido pela ASCONS e analisado pela Coordenação de Admissão, Readmissão e Transferência (CAT/PROG), mediante apresentação completa da documentação exigida pelo o edital do setor CAT/PROG, seguindo o calendário acadêmico da UEMA.

Para cada período letivo, atualmente anual, para todos os cursos de graduação, o PAES da UEMA realiza o processo seletivo de forma unificada.

O Art.103 da Sessão II “DO CORPO DISCENTE” no Capítulo Único do estatuto da

UEMA, caracteriza os corpos discentes nas seguintes formas:

1. Regulares são os alunos matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, com direito aos respectivos diplomas, após cumprimento integral das exigências curriculares;
2. Especiais são os alunos que se matricularem, com direito a certificado após a conclusão dos estudos, em:
 - a. Cursos de especialização, aperfeiçoamento e de outra natureza;
 - b. Disciplinas isoladas de cursos de graduação ou pós-graduação e sujeitos, em relação a estas, às exigências estabelecidas para os alunos regulares.

Para acompanhamento dos alunos, realizar-se-ão reuniões bimestrais com os representantes de sala. Desta forma, buscaremos obter informações sobre o relacionamento aluno-professor, sobre a visão do discente a respeito do desenvolvimento das disciplinas e do curso, gerando propostas para melhoria do curso.

O curso de Bacharelado em Relações Internacionais do CCSA/UEMA funcionará no turno vespertino, com regime seriado em duzentos dias letivos. A integralização ocorrerá no tempo mínimo de 08 (oito) semestre e no tempo máximo de 12 (doze) semestres.

2.3 Apoio discente e atendimento educacional especializado

A Universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A inclusão social deve ser um dos pilares fundamentais de sua filosofia, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação.

Dentre as políticas de Educação Inclusiva estão àquelas relacionadas aos alunos com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica. Implicando a inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. Desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/00 de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar

de Educação Especial, esta tem sido uma das premissas do desenvolvimento dessa IES. Dentre outras ações afirmativas, a resolução assegura condições de atendimento diferenciadas nos *campi* da Instituição para estudantes com necessidades especiais.

A existência de condições de acesso fortalece o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade. Diante disso, foi instituída pela Resolução nº 886/2014 de 11 de dezembro de 2014, a Comissão de Acessibilidade como segmento do Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU), vinculada à Reitoria.

O NAU tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. O Núcleo operacionaliza suas ações baseado em diretrizes para uma política inclusiva a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta universidade.

2.4 Objetivos do curso

Objetivos Geral

O objetivo geral do Curso de Relações Internacionais é formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições.

Objetivos Específicos

- Prover aos alunos uma ampla, sólida e atualizada formação humanística capaz de permitir o desenvolvimento fundamentado numa perspectiva crítico reflexiva, da percepção abrangente e da reflexão aprofundada acerca das variadas temáticas inerente às Relações Internacionais;
- Formar profissionais com capacidade para atuar em instituições que demandem

conhecimentos, competências e habilidades específicas tendo sempre em vista os interesses nacionais e/ou dos direitos humanos;

- Oferecer apurados conhecimentos e instrumental teórico de maneira a permitir intervenções que auxiliem uma inserção positiva do Brasil na dinâmica das Relações Internacionais;
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e à criação e difusão da cultura e, desse modo, promover o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora dos saberes de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Construir um quadro teórico de referência que atenda à complexidade das questões envolvidas na análise dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais envolvendo o Brasil em sua relação com o mundo;

- Identificar os desafios das relações fronteiriças, sobretudo na América do Sul;
- Posicionar a questão ambiental, consoante sua complexidade dentro do quadro das Relações Internacionais globais e regionais;
- Enfatizar a sólida formação geral, na qual são contemplados os conhecimentos na área de História, Geografia, Ciência, Política, Direito, Administração, Economia, Sociologia e Antropologia.

2.5 Competências e habilidades

O sucesso profissional do Bacharel em Relações Internacionais está na formação acadêmica e científica, desenvolvendo uma percepção da realidade a fim de oferecer-lhe condição e competência para participar de mudanças estruturais, mantendo o equilíbrio e o crescimento na profissão, no meio profissional e acadêmico.

Apoiado numa visão de mundo, ao mesmo tempo globalizado pela economia e pela tecnologia da informação e fragmentado pelas divergências políticas, culturais e religiosas, o curso de bacharelado em Relações Internacionais da UEMA busca fornecer uma formação multidisciplinar voltada para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades relacionadas à concepção, ao gerenciamento, à gestão e à organização de atividades com interface internacional:

- I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética;
- II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;
- III - Capacidade e habilidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;
- IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia);
- V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;
- VI - Capacidade e habilidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;
- VII – Dominar na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos

internacionais;

VIII - Utilizar os métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;

IX – Raciocinar o lógico e expressão adequada de ideias complexas;

X – Capacidade de Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;

XI – Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;

XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;

XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;

XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional.

2.6 Perfil profissional do egresso

O curso de Relação Internacionais da Universidade do Maranhão – UEMA, é relativamente novo no Brasil e bastante heterogêneo do ponto de vista curricular e eminentemente interdisciplinar, objetiva-se que o egresso do curso, detenha uma formação profissional múltipla, que permita sua atuação de forma articulada e crítica diante de seus contextos, partindo de uma base de conhecimento, que fortaleça sua capacidade de interação e compreensão do meio social, visando a sua transformação.

A atuação deste profissional é abrangente, tanto no setor público, quanto privado, atrelado a uma perspectiva cidadã, construtiva e crítica, de forma ética e responsável, e de pensamento estratégico, de análise de cenários e proposição de ações de curto, médio e longo prazo. Neste sentido, relacionam-se como possíveis áreas de

atuação dos formandos, denominados de Analistas de Relações Internacionais:

- Atuam nos processos de formulação, planejamento, gestão e avaliação da cooperação internacional;
 - Atua na execução e avaliação de programas e projetos de natureza internacional;
 - Atua na mediação e resolução de conflitos e no desempenho de atribuições específicas da política externa;
 - Atua na análise, planejamento, gestão e avaliação de estratégias e ações relativas ao intercâmbio entre Estados e Instituições situadas em espaços nacionais distintos ou em ambientes transnacionais;
 - Elabora, negocia e avalia as operações de crédito internacionais;
 - Elabora, analisa e acompanha a formulação de contratos internacionais;
 - Elabora, avalia cenários e realiza análise e prospecção de mercados;
 - Opera na captação de recursos financeiros, na transferência de tecnologias sociais e na análise de riscos e interpretação das conjunturas internacionais, nacionais e regionais;
 - Coordena e supervisiona equipes de trabalho, elabora pareceres, projetos e laudos sobre assuntos internacionais.
- Além disso, o egresso opta realizar as atividades diversas do Setor Público e Privado-cooperação técnica internacional, em sua atuação, considera a ética, a segurança e as questões socioambientais.

2.7 Regime escolar

PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	Mínimo	Máximo
	4 anos (8 Semestres)	6 anos (12 Semestre)
Regime:	Semestral	
Dias anuais úteis:	200	
Dias úteis semanais:	6	
Semanas matrículas semestrais:	1	

Semanas provas semestrais:	3
Carga horária do currículo:	3.105
Total de créditos do Currículo do Curso	189
Horário de Funcionamento*	Vespertino

* O funcionamento do Curso obedece ao disposto na Resolução nº 1233/2016-CEPE/UEMA, que regulamenta a hora-aula e horários nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão, utilizando o sábado como dia letivo.

2.8 Conteúdo Curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Relações Internacionais Bacharelado:

Segundo o artigo 5 da Resolução nº 4, de 4 de outubro de 2017, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. O Curso de Graduação em Relações Internacionais deverá ter em seu projeto pedagógico e em sua organização curricular característica que o distinga como área do conhecimento, expressa em disciplinas que abordem um conjunto de conteúdo, organizados em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si. O Eixo de Formação Estruturante deverá orientar as avaliações externas:

I – *Eixo de Formação Estruturante*: Contempla obrigatoriamente os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais;

II – *Eixo de Formação Interdisciplinar*: Contempla os conteúdos das Ciências Sociais, Economia, Direito, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Geografia, Estatística, Metodologia, Ética e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso. Recomenda-se que o tratamento dos conteúdos dos diferentes campos do conhecimento seja articulado, de forma que, de um lado, ofereça embasamento para os

conteúdos do eixo de formação estruturante e, de outro lado, garanta os princípios da transversalidade, interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem. Incentiva-se que o curso ofereça conhecimentos e habilidades para a atuação profissional que considerem características regionais específicas. Ademais recomenda-se que sejam previstas disciplinas abertas na forma de Tópicos Especiais;

III – *Eixo de Formação voltado à atividade profissional*: Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais;

IV – *Eixo de Formação Complementar*: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades, a que se refere o eixo de formação complementar, tais como participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior.

Assim, seguindo as Normas Gerais de Ensino de Graduação da UEMA e resolução nº 1369/2019-CEPE/UEMA, as cargas horárias e disciplinas, mencionadas do curso de bacharelado estão estabelecidas em núcleos, ou seja, o Núcleo específico, o Núcleo Comum, Estágios e Núcleo Livre.

Os conteúdos mencionados pela Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências no resolução Resolução nº 4, DE 4 DE OUTUBRO, do Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior, estão organizadas, no PPC, com os nomes das disciplinas disponível e oferecidos, sem prejuízo de conteúdo, nos curso de ciências sócias, administração, Direito, História, Geografia, Administração etc. para evitar, e diminuir os concursos públicos neste tempo de crise econômico.

2.9 Matriz Curricular

Matriz Curricular
Introdução ao estudo das Relações Internacionais
Economia
Introdução à ciência política
Filosofia
Leitura e produção textual
Língua espanhola – Nível básico
Teoria Das Relações Internacionais
Teoria do estado
Micro e Macro Economia
Introdução à Sociologia
Língua espanhola – Nível intermediário
Estatística
Relações Internacionais: Organizações Internacionais
Introdução ao Estudo do Direito
Geografia Humana e Econômica
Estratégia e Planejamentos de Internacionalização das IES
Introdução à Antropologia
Língua Inglesa – Nível básico
Relações Internacionais: Processos de Integração Regional
Sistema de Segurança Pública
Psicologia
História da América Independente
Direito Internacional
Língua Inglesa- Nível intermediário
Relações Internacionais: Comércio e Investimentos
Democracia, Poder Local e Gestão de Políticas Públicas
Mercado de Ações e Capitais
Teoria política contemporânea
Mundo contemporâneo
Língua Francesa- Nível básico
Diplomacia e Política Externa
Análise da Política Brasileira
Desenvolvimento para web e comércio eletrônico
Geopolítica do Espaço Mundial
Comércio Exterior

Língua Francesa - Nível intermediário
Sistema ONU, desafios do multilateralismo e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
Optativa I
Optativa II
Teoria da Comunicação
Negócios Internacionais
Identidade, etnia e Multiculturalismo
Mídia e Poder
Optativa III
Optativa IV
Estágio Supervisionado
Atividades Complementares – AC
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

2.9.1 Estrutura Curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS BACHARELADO					
Ord.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Introdução ao estudo das Relações Internacionais	NE	60	4	0
2	Economia	NC	60	4	0
3	Introdução à ciência política	NC	60	4	0
4	Filosofia	NC	60	4	0
5	Leitura e produção textual	NC	60	4	0
6	Língua espanhola – Nível básico	NC	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	2º PERÍODO – DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Teoria Das Relações Internacionais	NE	60	4	0
2	Teoria do Estado	NC	60	4	0
3	Micro e Macro Economia	NE	60	4	0
4	Introdução à Sociologia	NC	60	4	0
5	Língua espanhola – Nível intermediário	NC	60	4	0
6	Estatística	NC	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Relações Internacionais: Organizações Internacionais	NE	60	4	0
2	Introdução ao Estudo do Direito	NC	60	4	0

3	Geografia Humana e Econômica	NC	60	4	0
4	Estratégia e Planejamentos de Internacionalização das IES	NE	60	4	0
5	Introdução à Antropologia	NC	60	4	0
6	Língua Inglesa – Nível básico	NC	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Relações Internacionais: Processos de Integração Regional	NE	60	4	0
2	Sistema de Segurança Pública	NE	60	4	0
3	Psicologia	NC	60	4	0
4	História da América Independente	NE	60	4	0
5	Direito Internacional	NC	60	4	0
6	Língua Inglesa- Nível intermediário	NC	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	5º PERÍODO – DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Relações Internacionais: Comércio e Investimentos	NE	60	4	0
2	Democracia, Poder Local e Gestão de Políticas Públicas	NE	60	4	0
3	Mercado de Ações e Capitais	NC	60	4	0
4	Teoria política contemporânea	NE	60	4	0
5	Mundo contemporâneo	NE	60	4	0
6	Língua Francesa- Nível básico	NE	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	6º PERÍODO – DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Diplomacia e Política Externa	NE	60	4	0
2	Análise da Política Brasileira	NE	60	4	0
3	Desenvolvimento para web e comércio eletrônico	NE	60	4	0
4	Geopolítica do Espaço Mundial	NE	60	4	0
5	Comércio Exterior	NE	60	4	0
6	Língua Francesa - Nível intermediário	NE	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	7º PERÍODO – DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Sistema ONU, desafios do multilateralismo e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	NE	60	4	0
2	Optativa I	NL	60	4	0
3	Optativa II	NL	60	4	0
4	Teoria da Comunicação	NE	60	4	0

5	Negócios Internacionais	NE	60	4	0
6	Identidade, etnia e Multiculturalismo	NE	60	4	0
SUBTOTAL			360	24	0
Ord.	8º PERÍODO – DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos	
				Teóricos	Práticos
1	Mídia e Poder	NE	60	4	0
2	Optativa III	NL	60	4	0
3	Optativa IV	NL	60	4	0
4	Estágio Curricular Supervisionando	NE	225	0	5
5	Atividades Complementares – AC	NE	180	0	4
6	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	NE	0	0	0
SUBTOTAL			585	12	9
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3.105	180	9

NÚCLEO ESPECÍFICO

Ord.	NÚCLEO ESPECÍFICO	CH	CRÉDITOS		TOTAL
			Teóricos	Práticos	
1	Introdução ao estudo das Relações Internacionais	60	4	0	4
2	Teoria Das Relações Internacionais	60	4	0	4
3	Micro e Macro Economia	60	4	0	4
4	Relações Internacionais: Organizações Internacionais	60	4	0	4
5	Estratégia e Planejamentos de Internacionalização das IES	60	4	0	4
6	Relações Internacionais: Processos de Integração Regional	60	4	0	4
7	Sistema de Segurança Pública	60	4	0	4
8	História da América Independente	60	4	0	4

9	Relações Internacionais: Comércio e Investimentos	60	4	0	4
10	Democracia, Poder Local e Gestão de Políticas Públicas	60	4	0	4
11	Teoria política contemporânea	60	4	0	4
12	Mundo contemporâneo	60	4	0	4
13	Língua Francesa- Nível básico	60	4	0	4
14	Diplomacia e Política Externa	60	4	0	4
16	Análise da Política Brasileira	60	4	0	4
17	Desenvolvimento para web e comércio eletrônico	60	4	0	4
18	Geopolítica do Espaço Mundial	60	4	0	4
19	Comércio Exterior	60	4	0	4
20	Língua Francesa - Nível intermediário	60	4	0	4
21	Sistema ONU, desafios do multilateralismo e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	60	4	0	4
22	Teoria da Comunicação	60	4	0	4
23	Negócios Internacionais	60	4	0	4
24	Identidade, etnia e Multiculturalismo	60	4	0	4
25	Mídia e Poder	60	4	0	4
26	Estágio Curricular Supervisionando	225	0	5	5
27	Atividades Complementares – AC	180	0	4	4
28	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	0	0	0	0
TOTAL		1845	96	9	105

NÚCLEO COMUM

Ord.	NÚCLEO COMUM	CH	CRÉDITOS		TOTAL
			Teóricos	Práticos	
1	Economia	60	4	0	4
2	Introdução à ciência política	60	4	0	4
3	Filosofia	60	4	0	4
4	Leitura e produção textual	60	4	0	4
5	Língua espanhola – Nível básico	60	4	0	4
6	Teoria do Estado	60	4	0	4
7	Introdução à Sociologia	60	4	0	4
8	Língua espanhola – Nível intermediário	60	4	0	4
9	Estatística	60	4	0	4
10	Introdução ao Estudo do Direito	60	4	0	4
11	Geografia Humana e Econômica	60	4	0	4
12	Introdução à Antropologia	60	4	0	4
13	Língua Inglesa – Nível básico	60	4	0	4
14	Psicologia	60	4	0	4
15	Direito Internacional	60	4	0	4
16	Língua Inglesa- Nível intermediário	60	4	0	4
17	Mercado de Ações e Capitais	60	4	0	4
TOTAL		1020	68	0	68

NÚCLEO LIVRE

Ord.	NÚCLEO LIVRE	CH	CRÉDITOS		TOTAL
			Teóricos	Práticos	
1	Tópicos Emergentes em	60	4	0	4
2	Pensamento social	60	4	0	4
3	Política Brasileira	60	4	0	4
4	Teorias da história	60	4	0	4
5	Estado e Políticas públicas	60	4	0	4

6	Ecologia política e relações internacionais.	60	4	0	4
TOTAL EXIGIDO PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR		240 h			

2.9.2 Ementários e Referências das Disciplinas do Curso

1º Período		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Introdução ao estudo das Relações Internacionais	60	04
EMENTA:		
<p>Conceitos básicos de Relações Internacionais, O desenvolvimento recente dos problemas fundamentais das Relações Internacionais, Perspectiva da política externa brasileira, Questões básicas das Relações Internacionais; guerra e paz, Política externa e fronteiras, e papel da guerra e função da diplomacia, Blocos de potência e alianças, Ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial, Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria e temas contemporâneos de Relações Internacionais.</p>		
REFERÊNCIA BÁSICA		
<p>DIAS, Reinaldo. Introdução ao estudo :: introdução aos estudos da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual).</p> <p>CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais. [S.l.]: Scritta, 1996.</p> <p>DEUTSCH, Karl. Análise das Relações Internacionais. Brasília, DF: UnB, 1982.</p> <p>JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. 2.ed. São Paulo: Zahar Editores, 2013, (Biblioteca Virtual)</p> <p>MAGNOLI, Demétrio. Relações Internacionais: teoria e história. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, (Biblioteca Virtual).</p>		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
<p>FELIU, Pedro; KATO, Mariana; REINER, Gary. Mercado de trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório. Meridiano 47. Vol. 14, n. 135, 2013. (Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/7852)</p> <p>GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme. Dicionário de Relações Internacionais. 2.ed. Barueri: Manole, 2010, (Biblioteca Virtual).</p> <p>JATOBÁ, Daniel. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		

(Biblioteca Virtual)

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das Relações Internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Rev. Sociol. Pol.** Curitiba, 20, 2003. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>)

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Economia	60	04

EMENTA:

A economia política clássica e neoclássica, A economia keynesiana, Origens do capitalismo, evolução e características, Crescimento econômico, Riqueza e pobreza das nações, Distribuição de renda, Relações econômicas internacionais, Noções sobre moeda e inflação.

REFERÊNCIA BÁSICA

JORGE, Fauzi Timaco. **Economia**: notas introdutórias. São Paulo: Atlas, 1995.

FROHLICH, Norman. **Economia política moderna**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1978.

MARX, K. A lei de geral da acumulação capitalista. *In*: _____. **O capital**. [S.l.: s.n.], 1867. Cap. 23.

RICARDO, D. **Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital**. *In*: NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. [S.l.]: Ed. Graal, 1978.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril, 1983. Cap. 7. (Os Economistas, v. 1).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GALVES, Carlos. **Manual de economia política atual**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MANKIWI, Gregory. **Introdução à Economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SANDOVAL, Marco Antonio Vasconcelos. **Economia**: micro e macro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Introdução à ciência política	60	04

EMENTA:

O surgimento do conceito de política, Conceitos fundamentais da ciência Política: poder, dominação, representação, participação, democracia, igualdade, liberdade, Política e teoria política na antiguidade greco-romana, As diferentes dimensões do objeto da Ciência Política, O Estado moderno e a transformação da política clássica.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADA, Bonifácio. **Elementos de ciência política**. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados (Centro de Documentação e Informação), 2003. 180 p.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003. 498 p.

ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 15-60.

MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. *In*: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WEBER, M. A política como vocação. *In*: _____. **Ciência e política: duas vocações**. [S.l.:S.n.]: c1967

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDRADA, Bonifácio de. **Ciência política e seus aspectos atuais: engenharia política e politicometria**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. 195 p.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 176 p.

WEFFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002. v. 2. 278 p.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Filosofia	60	04

EMENTA:

Concepções ontológicas, Epistemológicas e axiológicas, Correntes do conhecimento, Empirismo, Racionalismo, Idealismo, Dialética, Positivismo, Fenomenologia, Teoria Crítica, Princípios de lógica formal e lógica dialética, Métodos de abordagem e de procedimentos.

REFERÊNCIA BÁSICA

ARISTÓTELES. **A Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOBBIO, Norberto. Igualdade. *In*: Bobbio, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. **Lua Nova**, n. 74, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1986.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O que é realidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e Representação. **Lua Nova**, n. 67, 2006.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Língua espanhola – Nível Básico	60	04

EMENTA:

Estudo das estruturas léxico-gramaticais em nível A1, desenvolvendo as cinco habilidades em Língua Espanhola: produção oral e escrita, compreensão leitora e auditiva, interação linguístico-social.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALONSO RAYA, Rosario *et al.* **Gramática básica del estudiante de español.** Barcelona: Difusión, 2005.

CASTRO VIUDEZ, Francisca. **Uso de la gramática española:** elemental: gramática y ejercicios de sistematización para estudiantes de ELE. Madrid: Edelsa, 2011.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES *et al.* **Señas:** diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VIUDEZ, Francisca Castro; BALLESTEROS, Pilar Díaz; DÍEZ, Ignacio Rodero; FRANCO, Carmen Sardinero. **Español en Marcha Nivel Básico (A1 + A2):** Libro del Alumno. Madrid: SGEL, 2010.

VIUDEZ, Francisca Castro; BALLESTEROS, Pilar Díaz; DÍEZ, Ignacio Rodero; FRANCO, Carmen Sardinero. **Español en Marcha Nivel Básico (A1 + A2):** Cuaderno de Ejercicios. Madrid: SGEL, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CORONADO GONZÁLEZ, María Luisa; GARCÍA GONZÁLEZ, Javier; ZARZALEJOS ALONSO, Alejandro R. **Matéria- prima:** curso de gramática. 5. ed. Madrid: SGEL, 2009.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español:** paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.

GÓMEZ TORREGO, L. **Gramática didáctica del español.** Madrid: SM, 1998.
GONZALEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar es fácil.** Madrid: Edelsa, 2000.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Leitura e produção textual	60	04

EMENTA:

Linguagem, Texto, Critérios para análise da coerência e da coesão, Gênero discursivo, Leitura, produção e reestruturação de textos.

REFERÊNCIA BÁSICA

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: contexto, 2006.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva *et al.* **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

CARNEIRO, Agostinho D. **Texto em construção**: interpretação de texto. São Paulo: Moderna, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Celso e CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

2º Período

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Teoria Das Relações Internacionais	60	04

EMENTA:

Os clássicos do pensamento político moderno e os fundamentos do realismo (Maquiavel, Hobbes), Os clássicos do pensamento moderno e os fundamentos do liberalismo internacionalista (Locke e Kant), A teoria da sociedade civil internacional, Teorias radicais (imperialismo e relações centro-periferia, idealismo e realismo, tradicionalismo e behaviorismo), Novas abordagens em Relações Internacionais (teoria crítica, economia política internacional, globalismo), A ordem internacional contemporânea (segurança internacional, globalização e atores transnacionais) Novos temas na agenda internacional (regionalismo, direitos humanos, conflitos culturais, meio ambiente e desenvolvimento,

minorias)

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, Daniel de. Col. Diplomata - História Geral. 1.ed. Editora Saraiva, 2015.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao estudo**: introdução aos estudos da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual).

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**.2.ed. São Paulo: Zahar Editores, 2013.(Biblioteca Virtual) .

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais**: teoria e história. 2.ed. Editora Saraiva, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas – da Sociedade Internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais**: introdução ao estudo da sociedade internacional global. Grupo GEN,2010.

GOUCHER, Candice; WALTON, Linda. **História Mundial**: Jornadas do Passado ao Presente, 2015.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Editora Manole, 2013.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Teoria do estado	60	04

EMENTA:

Principais Fundamentos teóricos da análise do Estado contemporâneo e ferramentas conceituais da Ciência Política (poder, ordem, norma, lei, Estado, contrato social e Constituição), A relação entre o Estado e a sociedade civil, Estado e classes sociais, A questão da burocracia, As estruturas do Estado moderno Análise e o diagnóstico dos problemas sociopolíticos internacionais com embasamento de autores clássicos.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALMEIDA, Antonio C. S. **Filosofia política**. Série Estudos de Filosofia. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CHICARINO, Tathiana. **Teorias políticas, Estado e sociedade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. (Disponível na biblioteca virtual).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. *In*: BLACKBURN, Robin. **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FRIEDE, Reis. **Curso de ciências políticas e teoria geral do Estado**: teoria constitucional e Relações Internacionais. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013.

LEITE, Fernando. **Ciência Política**: da Antiguidade aos dias de hoje. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MEDEIROS, Pedro. **Uma introdução à teoria da democracia**. Curitiba: InterSaberes, 2016

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Micro e Macroeconomia	60	04

EMENTA:

Apresentação dos objetos de estudo da economia (história do pensamento econômico, principais pensadores da economia), Conceituação e análise da questão da escassez (as necessidades humanas ilimitadas, os recursos produtivos limitados), O mecanismo de mercado, economia de mercado, e falhas de mercado, Problemas Centrais da economia, Fatores de Produção.

REFERÊNCIA BÁSICA

JORGE, Fauzi Timaco. **Economia**: notas introdutórias. São Paulo: Atlas, 1995.

FROHLICH, Norman. **Economia política moderna**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1978.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de Economia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANDOVAL, Marco Antonio Vasconcelos. **Economia**: micro e macro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval (org.). **Manual de Macroeconomia**: nível básico e intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, Marco A. S. (org.). **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MANKIWI, Gregory. **Introdução à Economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
--------------------	---------------	---------

Introdução à sociologia	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>Conhecimento a respeito das origens e os fundamentos teóricos da sociologia e vida social, a construção da visão antropológica cultural e a ponderação na observação dos contextos socioculturais e políticos, Emergência do mundo moderno, Antecedentes (Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa), Formação do pensamento sociológico, Objeto e métodos da Sociologia, Sociologia e demais ciências sociais.</p>		
<p>REFERÊNCIA BÁSICA</p> <p>CHARON, Joel M.; Vigilant, Lee Garth. Sociologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Sociologia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (Disponível na biblioteca virtual)</p> <p>KERSTENETZKY, Celia Lessa; KERSTENETZKY, Jaques. “O Estado (de Bem-Estar Social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias”. Dados, v.58 n.3 Rio de Janeiro. jul./set. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/00115258201553</p> <p>MARCONI, M. A.; Presotto. Z. M. N. Antropologia: uma introdução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>WITT, Jon. Sociologia. Porto Alegre: AMGH, 2016.</p> <p>REFERÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>CÁPRIO, M. Sociologia das Relações Internacionais: potenciais de uma abordagem, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, mayo 2011. Disponível em: www.eumed.net/rev/ccss/12/.</p> <p>KERSTENETZKY, Celia Lessa; KERSTENETZKY, Jaques. “O Estado (de Bem-Estar Social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias”.</p> <p>LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. “A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global”. Revista Colombia Internacional, Issue 78, May-August, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint78.2013.07</p>		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Língua espanhol – Nível intermediário	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>Observação da prática docente, registro e análise dessa prática com o fim de adequar a metodologia à especificidade do desempenho do grupo. A componente curricular inclui oficinas, pesquisa e socialização.</p>		

REFERÊNCIA BÁSICA**REFERÊNCIA BÁSICA**

ALONSO RAYA, Rosario *et al.* **Gramática básica del estudiante de español.** Barcelona: Difusión, 2005.

CASTRO VIUDEZ, Francisca. **Uso de la gramática española:** elemental: gramática y ejercicios de sistematización para estudiantes de ELE. Madrid: Edelsa, 2011.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Doce cuentos peregrinos.** 18. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2011.

PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus. **Gente 2 – Livro do Aluno** (Curso de Español para Brasileños). Barcelona: Difusión, 2004.

PERIS, Ernesto; GILA, Pablo; BAULENAS, Neus. **Gente 2 – Libro de Trabajo** (Curso de Español para Extranjeros). Barcelona: Difusión, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CORONADO GONZÁLEZ, María Luisa; GARCÍA GONZÁLEZ, Javier; ZARZALEJOS ALONSO, Alejandro R. **Matéria-prima:** curso de gramática. 5. ed. Madrid: SGEL, 2009.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español:** paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES *et al.* **Señas:** diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Estatística	60	04

EMENTA:

Conceitos básicos de estatísticas, Introdução à análise de dados, Construção de tabelas e gráficos estatísticos, População e amostra, Noções de probabilidade, Introdução à análise de regressão.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica.** 5. ed. São Paulo: Atual, 2003.

LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para Ciências Sociais Humanas.** 9. ed. [S.l.]: Pearson Prentice-Hall, 2008.

JOHN, E. F. e GARY, A. S. **Estatística aplicada:** economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MUROLO, A. C., SILVA, E. M., SILVA, E. M. e GONÇALVEZ, V. **Estatística:** para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.v.2.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Atual, 2003.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.

MUROLO, A. C., SILVA, E. M., SILVA, E. M. e GONÇALVEZ, V. **Estatística**: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.v.1.

3º Período

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Relações Internacionais: Organizações Internacionais	60	04

EMENTA:

Caracterização das organizações internacionais. Evolução das Organizações Internacionais e Formação dos Estados Nacionais. Cooperação e Conflito. Organizações Internacionais e Cooperação Econômica. organizações não governamentais internacionais. Temas contemporâneos.

REFERÊNCIA BÁSICA

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa ; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho**: Um Debate Atual. São Paulo: Atlas, 2015.

CRETELLA NETO, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PÁDUA LIMA, Maria Lúcia L. M. e ROSENBERG, Bárbara (coord.). **O Brasil e o Contencioso na OMC**. Tomo 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual de Organizações Internacionais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

VARELLA, Marcelo D. **Direito Internacional Público**. 6ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CRETELLA NETO, José. **Curso de Direito Internacional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: Curso Elementar. São Paulo: Saraiva, 2002.

SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais . 2. ed. Barueri: Manole, 2013.		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Introdução ao Estudo do Direito	60	04
EMENTA:		
<p>Origem e conceituação do Direito. Fontes e Sujeitos do Direito. Sistemas jurídicos e disciplinas jurídicas. Relação do Direito com a Ética. O papel do Direito no Estado e o papel do Direito na Comunidade Internacional. Conceito e formação de Constituição. As Constituições e as Relações Internacionais. Nacionalidade, cidadania e estatuto do estrangeiro. Descrição dos principais sistemas jurídicos e a sua relação com o sistema internacional (anglo-saxão, romano-germânico, muçulmano, africanos e orientais).</p>		
REFERÊNCIA BÁSICA		
DALLARI, D. de A. Elementos de Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2005.		
DANTAS, I. Direito Constitucional Comparado: Introdução, Teoria e Metodologia . Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.		
FARO DE CASTRO, M. Formas Jurídicas e Mudança Social . São Paulo: Saraiva, 2012.		
FRANCO MONTORO, A. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais , 2004.		
SILVA J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo . São Paulo: Malheiros Editora, 2010.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
HAMON, Francis, TROPER, Michel e BURDEAU, Georges. Direito Constitucional . 27ª ed. Barueri: Manole, 2005.		
NUNES, Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor . 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		
VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016..		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Geografia Humana e Econômica	60	04
EMENTA:		
<p>A invenção do espaço brasileira (o espaço dos índios e sua destruição). O espaço colonial. O espaço da produção no Brasil. A produção industrial. Os bens de produção. As indústrias de bens de consumo. O capital estrangeiro e o nacional. Espaço construído pelas populações que habitam no Brasil.</p>		
REFERÊNCIA BÁSICA		

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Cap. 6.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SCARLATO, Francisco Capuano, SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo. Globalização e espaço latino-americano**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. Cap. 3, p. 100-116

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BENCO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo**. São Paulo: EDUC/Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Introdução à Antropologia	60	04

EMENTA:

Conhecimento antropológico e o objeto da antropologia. Analisa a constituição da sociedade brasileira em suas dimensões histórica. Política e sociocultural, A diversidade da cultura brasileira e o papel dos grupos indígena, africano e europeu na formação do Brasil. Enfatiza o papel dos Direitos Humanos. Correntes teóricas e a busca de superação do etnocentrismo. Diversidade étnica, de gênero, de orientação sexual e religiosa.

REFERÊNCIA BÁSICA

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 526 p. ISBN 978-85-326-0590-0

SANTOS, Rafael José dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005. 77 p. (Série para quem não vai ser; 1) ISBN 85-86225-41-X

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. 117 p. (Coleção antropologia social) ISBN 978-85-7110-438-9

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial - SP, 2003. 100 p. (Coleção Antropologia) ISBN 85-230-0724- 5

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 324 p. ISBN 85-224-2860-3

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 323 p. LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008. 445 p. ISBN 978-85-7503-249-7

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Língua Inglês - Nível Básico	60	04

EMENTA:

Introdução às práticas de compreensão e expressão oral e escrita em inglês. Estudo de aspectos sistêmicos e discursivos da língua inglesa. Reflexão sobre os processos de aprendizagem de língua estrangeira.

REFERÊNCIA BÁSICA

AR, B. F. **Fundamentals of English grammar**. 3. ed. London: Longman Pearson, 2002.

DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR Ing-Port (VV) W/Cd-Rom. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GRIFFITHS, C. **Lessons from good language learners**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LARSEN-FREEMAN, D. **Grammar dimensions: form, meaning, and use (Series)**. Boston, MA: Heinle & Heinle, 2000.

MURPHY, R. **Essential grammar in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007..

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARSTAIRS-McCARTHY, A. **An Introduction to English morphology**. Edinburgh University Press, 2002.

JONES D. **English pronouncing dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RUBIN, J.; THOMPSON, I. **How to be a more successful language learner: toward learner autonomy**. Boston: Heinle & Heinle, 1994.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Estratégia e Planejamentos de Internacionalização das IES	60	04

EMENTA:

Processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior; retrospectiva histórica da internacionalização no Brasil e no mundo; institucionalização das relações acadêmicas internacionais; desenvolvimento eficaz de atividades de cooperação internacional para graduação, extensão, pós-graduação, pesquisa e gestão; internacionalização curricular; desenvolvimento e gestão de programas de mobilidade acadêmica internacional; captação de recursos provenientes de fontes internacionais; interação com agências de fomento e de cooperação internacional; desenvolvimento de planos estratégicos para a cooperação internacional; formação de gestores de cooperação internacional.

REFERÊNCIA BÁSICA

O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios [recurso eletrônico] / Nicolas Maillard ; coordenado pela SEAD/ UFRGS. – dados eletrônicos . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. 129 p.: pdf

The road to academic excellence: the making of world-class research universities / edited by Philip G. Altbach and Jamil Salmi. 2011.

COMPREHENSIVE INTERNATIONALIZATION. From Concept to Action. Hudzik John. 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

Planos Acadêmicos de Relações Internacionais, artigos e apresentações disponibilizados.

ALTBACH, Philip G.; SALMI, Jamil. The road to academic excellence: the making of world-class research universities. Washington, DC: The World Bank, 2011. Disponível em: Acesso em: 27 out. 2018.

BEELLEN, Jos; JONES, Elspeth. Redefining internationalization at home. In: CURAJ, Adrian; MATEI, Liviu; PRICOPIE, Remus; SALMI, Jamil; SCOTT, Peter (Ed.). The European Higher Education Area. Cham, Suíça: Springer, 2015. p. 59-72. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2018.

DE WIT, Hans. Misconceptions about (the end of) internationalization: the current state of play. In: JONES, Elspeth; COELEN, Robert; BEELLEN, Jos; DE WIT, Hans (Ed.). Global and local internationalization. Rotterdam: Sense Publishers, 2016. p. 15-20.

DE WIT, Hans; DECA, Ligia; HUNTER, Fiona. Internationalization of higher education: what can research add to the policy debate? In: CURAJ, Adrian; MATEI, Liviu; PRICOPIE, Remus; SALMI, Jamil; SCOTT, Peter (Ed.). The European Higher Education Area. Cham, Suíça: Springer, 2015. p. 3-12. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2018

RUDZKI, Romuald E. J. Implementing internationalisation: the practical application of the fractal process model. *Journal of Studies in International Education*, v. 4, n. 2, p. 77-90, Jun. 2000. Disponível em: Acesso em: 27 out. 2018.

SALMI, Jamil. The challenge of establishing world-class universities. Washington, DC: The World Bank, 2009.

SEBASTIÁN, Jesús. Cooperación e internacionalización de las universidades. Buenos Aires: Biblos, 2004. 167 p. Resenha de: CHIAPPE, Dolores. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad – CTS, Buenos Aires, v. 2, n. 5, p. 195-198, mayo 2005.

WHITCHURCH, Celia. Optimising the potential of third space professionals in higher education abstract. Zeitschrift für Hochschulentwicklung, v. 5, n. 4, p. 9-22, Dez. 2010

4º Período		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Relações Internacionais: Processos de Integração Regional	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>Processos de integração na década de 1950. Ressurgimento de processos de integração regional na década de 90. Principais perspectivas teóricas que tentam explicar seu surgimento e desenvolvimento. Tensões entre regionalismo e globalização. Legitimidade e democracia, e os processos de integração regional. Papel das empresas multinacionais. Comparação entre trajetórias recentes na Ásia, África, Europa e nas Américas (Nafta, Mercosul, Unasul).</p>		
<p>REFERÊNCIA BÁSICA</p> <p>APELDOORN, Bastiaan, van. Transnational Capitalism and the struggle over European Integration. London/ New York: Routledge, 2002. ISBN: 0-415-25570-0</p> <p>BARROS Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian; VIANA, André Rego (org.). Governança Global e Integração da América do Sul. Brasília: IPEA, 2011. ISBN: 978-85-7811-125-0</p> <p>SCHIRM, Stefan, A. Globalization and the new regionalism: global markets, domestic politics and regional cooperation. Cambridge: Polity Press, 2002. ISBN: 0-7456-2969-5</p> <p>SIMÕES, Antonio José Ferreira. Integración: sueño y realidade em Sudamérica. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. ISBN: 978-85-7631-318-2</p> <p>TELÒ, Mario (Edit). European Union and New regionalism: regional actors and global governance in a post-hegemonic era. 2º edition, Hampshire: Ashgate Publishing, 2007. ISBN: 978-0-7546-4991-5</p>		
<p>REFERÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>HAAS, Ernst. The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces, 1950-1957. New Edition, University of Notre Dame Press, 2004. ISBN: 978-0268043476</p> <p>MARTINS, Mônica Dias; GALLI, Rosemary (org.). Multilateralismo e relações</p>		

sulamericanas. Fortaleza: EdUECE, 2011. ISBN: 978-85-7826-099-6

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe**. Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht. London: UCL Press, 1998. ISBN: 0-8014-3509-9

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Sistema de Segurança Pública	60	04

EMENTA:

Abordagem dos principais conceitos de Segurança da Informação e mapear os principais riscos. Segurança pública, as orientações para elaboração e implantação de medidas de segurança.

REFERÊNCIA BÁSICA

ARINA, Carlos Hideo. **Fundamentos de Auditoria de Sistemas**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

BURNETT, S.; PAINE, S. **Criptografia e Segurança: O Guia Oficial RSA**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DIAS, Cláudia. **Segurança e Auditoria da Tecnologia da Informação**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2000.

LYRA, Mauricio Rocha. **Segurança e Auditoria em Sistemas de Informação**. São Paulo: Ciência Moderna, 2008.

ONOME IMONIANA, Joshua. **Auditoria de Sistemas de Informação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BERNSTEIN, T. *et al.* **Segurança na Internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PELTIER, T.R. **Information Security Polces, Procedures and Standards: Guidelines for effective information security Management**. Boca Raton: Auerbach, 2002.

WEBER, R. **Information Systems: Control and Audit**. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Psicologia	60	04

EMENTA:

Conceitos, métodos e desenvolvimento histórico. História da Psicologia Social no Brasil. Indivíduo, Cultura e Sociedade. Comportamento do grupo e Psicologia coletiva.

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FARR, Robert M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides. **Psicologia social nos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACQUES, M.G. *et al.* (org.) **Psicologia Social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2005.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALVARO, J. L. e GARRIDO, A. **Psicologia Social**. São Paulo: MacGraw Hill, 2007.

Dancey, C. P & Reidy, J. Estatística descritiva. *In: Estatística sem matemática para Psicologia* (p. 56-107). Porto Alegre: ArtMed, 2006.

Field, A. Tudo o que você sempre quis saber sobre estatística (bem, quase tudo). *In: Descobrimo estatística utilizando o SPSS* (p. 31-60). Porto Alegre: ArtMed, 2009.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Direito Internacional	60	04

EMENTA:

Origens, evolução e fundamentos do direito internacional público. Tratados internacionais. Relações entre normas internacionais e o ordenamento jurídico interno. Os diferentes sujeitos de direito internacional público e sua natureza (Estados, Organizações Internacionais, entidades subnacionais e a pessoa humana). Sistema de representação do Estado e responsabilidade internacional do Estado. Espaços comuns internacionais e patrimônio comum da humanidade. Meios de solução pacífica dos conflitos internacionais. *Jus cogens*. Governança global e novos regimes.

REFERÊNCIA BÁSICA

ACCIOLY, H. *et al.* **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BOSON, G. B. M. **Direito Internacional Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

CULLETON, A.; BRAGATO, F. F.; FAJARDO, S. P. **Curso de Direitos Humanos**. Porto Alegre: UNISINOS, 2009.

MELLO, C. D. de A. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. v.2.

VVAA. **Legislação de Direito Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CASELLA, P. B. **Direito Internacional dos Espaços**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GONÇALVES, A. e COSTA, J. A. F. **Governança Global e Regimes Internacionais**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

RANGEL, V. Direito e Relações Internacionais. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2011.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Língua Inglesa - Nível intermediário	60	04

EMENTA:

Desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita em inglês em nível pré-intermediário. Estudo de aspectos sistêmicos e discursivos da língua inglesa. Reflexão sobre os processos de aprendizagem de língua estrangeira.

REFERÊNCIA BÁSICA

AZAR, B. F. **Fundamentals of English grammar**. 3. ed. London: Longman Pearson, 2002. Dicionário Oxford escolar Ing-Port (VV) W/Cd-Rom. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GRIFFITHS, C. **Lessons from good language learners**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JONES, D. **English pronouncing dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MURPHY, R. **Essential grammar in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARSTAIRS-McCARTHY, A. **An Introduction to English morphology**. Edinburgh University Press, 2002.

LARSEN-FREEMAN, D. **Grammar dimensions: form, meaning, and use (Series)**. Boston, MA: Heinle & Heinle, 2000.

RUBIN, J.; THOMPSON, I. **How to be a more successful language learner: toward learner autonomy**. Boston: Heinle & Heinle, 1994.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
História da América Independente	60	04

EMENTA:

A América Latina no século XIX: debates políticos, tensões sociais e representações culturais na formação dos Estados nacionais. Estudo da trajetória histórica dos países da América de colonização espanhola, francesa e inglesa a partir dos processos de independência. Quanto aos Estados Unidos: Colonização das 13 colônias, processo de independência, Guerra Civil e expansão do capitalismo.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.

ARCHILA NEIRA, Mauricio. “Artesanos y obreros”. *In*: AYALA MORA, Enrique; POSADA CARBÓ, Eduardo. **História General de América Latina VII, Los proyectos nacionales latinoamericanos**: sus instrumentos y articulación, 1870-1930. Paris: Unesco; Madrid: Editorial Trotta, 2008.

FERRERAS, Norberto O. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: EDUFF, 2006.

KATZ, Friedrich. El fin del viejo orden en las haciendas en México. *In*: **Nuevos Ensayos Mexicanos**: México: Era, 2006.

KOCHER, Bernardo (org.). **Globalização**: atores, ideias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad; Contracapa, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MOREAU DE JUSTO, Alicia. **La mujer en la democracia**. Buenos Aires: El Ateneo, 1945.

PINTO, Julio Pimentel. “Ruas de Borges e de seus contemporâneos”. *In*: **História** (UNESP/Franca), v. 22, n.º. 2, 2003.

SERRA PADRÓS, Enrique. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. FICO, Carlos *et. al.* **Ditadura e democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

5º Período		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Relações Internacionais: Comércio e Investimentos	60	04
EMENTA:		
Surgimento da empresa multinacional. Conceito de produção transnacional. Terceirização e “global sourcing”. Fatores “pull and push”. Estratégias de governos nacionais para atrair investimentos. Trajetória dos Investimentos Externos Diretos em relação ao comércio internacional e o crescimento econômico. Relações sindicais e normas ambientais. Papel da Unctad e da OMC.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
BARNET, Richard; CAVANAGH, John. Global Dreams: Imperial Corporations and the New World Order . New York: Touchstone, 1995. ISBN: 0-67163377-5		

BORRUS, Michael; ERNST, Dieter; HAGGARD, Stephan (Ed.). International Production Networks in Asia: Rivalry or Riches. London/ New York: Routledge, 2000. ISBN: 0-41522170-6

GILPIN, Robert. U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment. Basic Books, 1975. ISBN-10: 0465089518

GRAHAM, Edward M.; MARCHICK, David M. US National Security and Foreign Direct Investment. Washington: Institute for International Economics, 2006. ISBN: 9780881323917 MUCCHIELLI, Jean-Louis;

DUNNING, John. Multinational firms: the global-local dilemma. Taylor & Francis, 2007. ISBN: 978-0415270540. UNCTAD. Non-Equity Modes of International Production and Development. World Investment Report 2011. Geneva/New York: UN/UNCTAD, 2011. ISBN: 978-92-1-112828-4

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

HADDAD, M. Trade Integration in East Asia: the role of China and production networks. World Bank Policy Research Working Paper n. 4160, Washington: World Bank, 2007.

KORTEN, David. When Corporations rule the World. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2001. ISBN: 1-887208-04-6

STOPFORD, John M; STRANGE, Susan; HENLEY, John. Rival States, Rival Firms: Competition for World Market Shares. Cambridge University Press, 1991. ISBN: 978-0521423861

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Democracia, Poder Local e Gestão de Políticas Públicas	60	04

EMENTA:

Teorias de democracia: pluralismo, democracia deliberativa, democracia participativa, democracia associativa. Gestão, governança e governabilidade local. Federalismo, descentralização, políticas sociais, gestões inovadoras. Participação no Brasil: arranjos institucionais e atores sociais. Fóruns deliberativos: conselhos gestores de políticas públicas, orçamentos participativos e planos diretores.

REFERÊNCIA BÁSICA

AVRITZER, L. 2007. “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. **Dados**, v. 50, n. 3, pp. 443-464.

DAGNINO, E ; OLVERA, A J. ; PANFICHI, A. **A Disputa Pela Construção Democrática na América Latina**. Paz E Terra, 2006.

FARIA, Cláudia Feres. 2000. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *In:*

Lua Nova, n. 50, p. 47-68

LAVALLE, A.G; VITA, A.; ARAUJO, C. **O papel da teoria política contemporânea**. 2014.

VIEIRA, Mónica Brito and SILVA, Filipe Carreira da. 2013. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, abr., n. 10, p.151-194.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, M. C. 2008. **A participação da sociedade na redefinição de políticas de direitos: os direitos da infância e o direito a moradia em países do Cone Sul na virada para o século XXI**. Tese de doutorado. São Paulo: Prolam-USP.

AVRITZER, L. 2007. “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. **Dados**, v. 50, n. 3, pp. 443-464.

MIGUEL, Luis Felipe and BIROLI, Flávia. 2009. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opin. Publica*, jun., v.15, n.1.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Mercado de Ações e Capitais	60	04

EMENTA:

Introdução e conceituação de Mercados a Vista e a Termo. Conceituação de Mercado Futuro. Subsistemas Normativo e de Intermediação. Subsistemas Liquidação e Custódia. Bolsa de Valores e Mercado de Capitais. Mercado de Valores Mobiliários. Introdução e conceituação de Política de Dividendos (Ações). Modelo de Marcowitz de maximização de retorno.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2004.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. 10.ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.

HOJI, Masakasu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELLAGI Fº, Armando. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Atlas, 1993.

MOREIRA, Jose Carlos. **Orçamento empresarial: manual de elaboração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. **Mercado financeiro**: aspectos históricos e conceituais. 2. . ed. São Paulo: Thomson, 2002

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. BODIE, Z.; MERTON, R. C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Teoria política contemporânea	60	04

EMENTA:

Teorias minimalistas de democracia. Poliarquia. Teoria da Justiça. Libertarismo. Republicanismo. Procedimentalismo. Reconhecimento x redistribuição. Comunitarismo. Multiculturalismo/Feminismo. Democracia x capitalismo: emancipação, Democracia agonística.

REFERÊNCIA BÁSICA

DAHL, Robert Alan. **A democracia e seus críticos**. São Paulo, WF, Martins Fontes, 2011. Capítulos 15 e 17.

RAWLS, John. **O Liberalismo político**. São Paulo: editora Ática, 2000. (Conferências I, VI e VIII)

SANDEL, Michael. **Justiça. O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Ed., 2003.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DAHL, Robert Alan. **A Democracia e seus críticos**. São Paulo, Edusp, 1997. Capítulos 15 e 17.

MOUFFE, C (2005). Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25.

PHILIPS, Anne. **De uma política de ideias à uma política de presença**. Estudos feministas. São Paulo, Ano 9: 268-290, 2001.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Mundo contemporâneo	60	04

EMENTA:

As grandes Guerras Mundiais. A Revolução Russa. Ideologias Totalitárias. Descolonização.

Guerra Fria. O Terceiro Mundo no Século XX. Os Movimentos Culturais do século XX. A Nova Ordem Mundial e a Globalização.

REFERÊNCIA BÁSICA

ARBEX, José “**Guerra Fria, Terror de Estado, Política e Cultura.**” 3. ed. Moderna, 2004.

CARR, E. **A Revolução Russa de Lênin a Stálin.** RJ. Zahar, 1987.

COGGIOLA, C. Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico.** SP : USP/Editora Xamã, 1995.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo.** Ed: Graal, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O manifesto Comunista: 150 anos depois.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Contraponto, 1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

HOURANI, A. **Uma História dos Árabes.** 2. ed. São Paulo: Cia das letras, 1995.

MAGDOFF, Harry. **A Era do Imperialismo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

TOGLIATTI, P. **Lições sobre fascismo.** São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Língua Francesa - Nível Básico	60	04

EMENTA:

Introdução às práticas de compreensão e produção orais e escritas em francês, nível elementar, em contexto de comunicação.

REFERÊNCIA BÁSICA

BAYLON, C. *et al.* **Forum - Méthode de Français 1.** Paris :Hachette, 2000.

_____. **Cahier d'exercices : Forum 1.** Paris : Hachette, 2000.

GRÉGOIRE, M., THIÉVENAZ, O. **Grammaire progressive du français.** Paris: CLE International, 1995.

LE NOUVEAU BESCHERELLE 2 e 3. Paris: Hatier, 1980.

MONNERIE, A. Le français au présent. Paris: Didier/Hatier, 1987.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BESCHERELLE. La conjugaison pour tous. Paris: Hatier, 1997.

LAROUSSE. Francês-português/português-francês. Paris: Larousse, 2008.

ROBERT, P. Le Nouveau Petit Robert. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.

6º Período		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Diplomacia e política externa	60	04
EMENTA:		
<p>Formulação, estrutura institucional, temas e matrizes conceituais da política externa Brasileira (PEB). O Conceito de Soberania na Política Externa Brasileira (Autoridade, Independência, Interdependência, Soberania Legal, A Esfera de Ação da Diplomacia Brasileira). Princípios Gerais da Diplomacia. Negociação, Estilos e Métodos Diplomáticos. Direito Diplomático e Direito Internacional Público. Relações Diplomáticas e Relações Consulares. Missão Diplomática. Padrões Orientadores da Diplomacia Brasileira e a Ordem Internacional.</p>		
REFERÊNCIA BÁSICA		
<p>Barston, R. P., Modern Diplomacy, 3rd ed. Longman, New York, 2006.</p> <p>Berridge, G. R., Diplomacy: Theory and Practice, 3rd ed., Palgrave Macmillan, New York, 2005.</p> <p>Cooper, Andrew, Heine, Jorge, Thakura, Ramesh, The Oxford Handbook of Modern Diplomacy, OUP, Oxford, 2015.</p> <p>Haass, Richard N. War of Necessity, War of Choice: A Memoir of Two Iraq Wars. New York: Simon & Schuster, 2009.</p> <p>WILSON, J. Q. 1975. Political Organization. New York: Basic.</p>		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
<p>Lax, David and Jim Sebenius. 3-D Negotiation: Powerful Tools to Change the Game in Your Most Important Deals. Boston, MA: Harvard Business School Press, 2006.</p> <p>Mnookin, Robert H. Bargaining with the Devil: When to Negotiate, When to Fight. New York: Simon & Schuster, 2011.</p> <p>Ross, Dennis. Statecraft: And How to Restore America's Standing in the World. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.</p>		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Análise da política brasileira	60	04
EMENTA:		

Política brasileira no pós-Guerra Fria. Continuidade e inclusão de novos temas na agenda da política externa brasileira. Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo nas Relações Internacionais do Brasil. Iniciativas de integração regional. Agenda Sul-Sul.

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos**: desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. v. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil 1930-2012**. São Paulo: Elsevier, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil – De Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Patrícia S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em Três Momentos de Política Externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Funag, 2011. ISBN 978-85-7631-312-0

SILVA, Luiz Inácio Lula; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Desenvolvimento para web e comércio eletrônico	60	04

EMENTA:

Introdução ao Comércio Eletrônico. Mecanismos de Mercado no Comércio Eletrônico. Organização e análise dos processos de negócio das empresas voltadas ao E-Commerce e E-Business. Impactos da atual crise econômica sobre esta modalidade de comercialização. Privacidade e segurança na web. Modelos e aplicações de comércio eletrônico. Estratégia e implementação de sistemas e estudos de caso em e-commerce.

REFERÊNCIA BÁSICA

FELIPINI, Dailton. **Empreendedorismo na Internet**. Brasport, 2010.

MIKITANI, Hiroshi. **As Novas Regras do E-commerce Marketplace 3.0**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

MILLER, Roger. **O Hoje Legal e E-Commerce Ambiente** (Hardcover ed.). Thomson Learning, 2002.

TURBAN, E.; King, D. **Comércio Eletrônico: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

ALBERTIN, Alberto Luiz - **Comércio Eletrônico : Modelo, Aspectos e Contribuições de Sua Aplicação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CLAUDIO, Dias. **Usabilidade na WEB**. 2.ed. Elsevier. 2007.

DAVE, Chaffey. **Gestão de e-business e e-commerce**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LAUDON, Kenneth C. e LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Geopolítica do Espaço Mundial	60	04

EMENTA:

Formação do mundo contemporâneo. Teorias geopolíticas. Ciclos hegemônicos de poder mundial. Nova Ordem Mundial. A formação das periferias capitalistas. Regionalização do mundo atual. Geopolítica e ensino superior.

REFERÊNCIA BÁSICA

ARRIGUI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CARLOS, A.F. (org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, A. P. **Formação de uma economia regional no Leste Asiático**. Florianópolis: UFSC, 2006.

PONTUSCHKA, N.N.; OLIVEIRA, A.V. (org.). **Geografia e perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2010.

WOOD, Ellen. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. C. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTRO, Iná E.de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.p.163-212.

SANTOS, T. (org.) **Os Impasses da Globalização: Hegemonia e Contra-Hegemonia**. São Paulo: Loyola, 2003.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Comercio Exterior	60	04

EMENTA:

Teoria e Políticas de Comércio Exterior. Globalização e Integração Econômica. Integração Latino-Americana e Mercosul. Técnicas e Procedimentos em Comércio Exterior. Mercado de Câmbio. Balanço de Pagamentos. Financiamento das Exportações e Importações.

REFERÊNCIA BÁSICA

CARVALHO, Maria Auxiliadora e SILVA, César R. L. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

GARCIA, Luiz M. **Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de preços**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1988.

LUDOVICO, Nelson. **Comércio Exterior: preparando sua empresa para o mercado global**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MCDANIEL, Carl D.; GATES, Roger. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

VASQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Banco Central do Site na Internet: <http://www.bcb.gov.br>

CARVALHO, Maria Auxiliadora e SILVA, César R. L. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

VASQUEZ, José L. **Comércio Exterior Brasileiro: SISCOMEX – Importação e Exportação**. 3. ed. São Paulo, 1998.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Língua Francesa – Nível intermediário	60	04

EMENTA:

Desenvolvimento sistemático da competência comunicativa e das habilidades linguísticas em francês em nível pré-intermediário e avançado

REFERÊNCIA BÁSICA

BAYLON, C. *et al.* **Forum - Méthode de Français 1**. Paris :Hachette, 2000.

_____. **Cahier d'exercices: Forum 1**. Paris: Hachette, 2000.

GRÉGOIRE, M., THIÉVENAZ, O. **Grammaire progressive du français**. Paris: CLE International, 1995.

LAROUSSE. **Francês-português/português-francês**. Paris: Larousse, 2008.

LE NOUVEAU BESCHERELLE 2 e 3. Paris, Librairie Hatier, 1980.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BESCHERELLE. La conjugaison pour tous. Paris: Hatier, 1997.

MONNERIE, A. Le français au présent. Paris: Didier/Hatier, 1987.

ROBERT, P. Le Nouveau Petit Robert. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.

7º Período		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Sistema ONU, desafios do multilateralismo e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	60	04
EMENTA: Organizações Internacionais e multilateralismo. Estrutura, funcionamento e Trajetória da ONU. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Cooperação internacional e ajuda externa (“foreign aid”). Análise comparativa entre “potências emergentes” - suas políticas externas, mudanças sistêmicas e geopolíticas. Novas agendas (e os conflitos) com a entrada de China, Índia, Turquia e, em menor escala, Brasil, África do Sul e México, no tabuleiro da cooperação internacional para o desenvolvimento. Participação do Brasil e Surgimento fóruns informais (do G7 ao G20).		
REFERÊNCIA BÁSICA FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO (org.). O Brasil e a ONU . Brasília: FUNAG, 2008.. ISBN: 978-85-7631-129-4 HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andre Ribeiro. Organizações Internacionais: história e prática . Rio de Janeiro: Campus, 2004. ISBN: 8535214534 SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das Organizações Internacionais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. ISBN: 8573483768 TAYLOR, Paul; GROM, A. J.R. The United Nations at the Millennium . London/New York: Continuum, 2003. ISBN-10: 0826447783		

WEISS, Thomas G.; THAKUR, Ramesh. **Global Governance and the UN: an unfinished Journey**. Indiana University Press, 2010. ISBN-10: 0253221676.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KRASNO, Jean. **The United Nations: confronting the challenges of a Global Society**. Boulder: Lynne Rienner, 2004. ISBN-10: 1588262553

UNITED NATIONS. In larger freedom: towards development, security and human rights for all. Report of the Secretary-General. New York: United Nations, 2005.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Organizações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2014. v. 1. 80p.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Teoria da comunicação	60	04

EMENTA:

Processo comunicativo em diferentes contextos sociais. Uso de elementos linguísticos adequados às peculiaridades de cada tipo de texto e situação comunicativa. A comunicação nas organizações. Técnicas de comunicação interna e dirigida em mídia impressa e eletrônica. Instrumentos de assessoria de comunicação. Gestão estratégica da informação.

REFERÊNCIA BÁSICA

BARROS FILHO, C. de. **Ética e comunicação organizacional**. São Paulo: Paulus, 2007.

CHINEM, Rivaldo. **Comunicação Empresarial: teoria e o dia a dia das assessorias de comunicação**. São Paulo: Horizonte, 2006.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de texto**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 319 p. ISBN 9788532628107

GOLDSTEIN, Norma Seltzer; LOUZADA, Maria Silvia Olivi; IVAMOTTO, Regina Maria Ferraz Ellero. **O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade**. São Paulo: Ática, 2009. 200 p. (Ática universidade). ISBN 9788508126842.

FONTANA, Niura Maria; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; PRESSANTO, Isabel Maria Paese. **Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009. 207 p. (Coleção genera) ISBN 9788570615336

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008. 583 p. ISBN 9788574029399

GARCEZ, Lucília. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 150 p. (Coleção ferramentas). ISBN 9788580630527.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. **Português para convencer: comunicação e persuasão em direito**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2011. 272 p. ISBN 97885153343

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Mídia e poder	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>Reflexão sobre os processos de comunicação na sociedade brasileira, vinculados à proposta teórica referente às relações sociais e a produção cultural e simbólica. Relações de poder/dominação associada à produção cultural (cultura popular X indústria cultural). Instâncias de legitimação e construção da realidade. Individualismo, desigualdade, exclusão social e violência.</p>		
<p>REFERÊNCIA BÁSICA</p> <p>BAKKE, Rachel Rua Baptista. Tem Orixá no Samba: Clara Nunes e a presença do Candomblé e da Umbanda na música popular brasileira. <i>Religião e Sociedade</i>, Rio de Janeiro, 27(2): 85-113, 2007.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1994.</p> <p>CASTELLS, Manuel. A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade, Rio de Janeiro; Zahar,2003.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora,2006.</p> <p>STRINATI, Dominic. A Escola de Frankfurt e a Indústria Cultural. <i>In: Cultura Popular: uma introdução.</i> São Paulo, Hedra,1999.</p> <p>REFERÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.</p> <p>SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Parte II – Espetáculo. (127 a 215) <i>In: O Estado de Espetáculo.</i> Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1978.</p> <p>Filme: Os narradores de Javé Documentário - Carmen Miranda: Bananas is my business Documentário – Cidade das Mulheres Documentário: A negação do Brasil</p>		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Negócios Internacionais	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>Internacionalização de negócios. Evolução do comércio brasileiro e mundial. Prospeção de negócios em ambiente global. Normas e técnicas de exportação e importação, Logística</p>		

Internacional, Estratégias governamentais para transferência de tecnologia. Normas da OMC e legislações nacionais. Operacionalização cambial. Institucionalização do Comércio Internacional: OMC, Blocos Econômicos de integração.

REFERÊNCIA BÁSICA

BIZELLI, João dos Santos. **Importação**: sistemática administrativa, cambial e fiscal. São Paulo: Lex, 2006.

GARCIA, Luiz Martins. **Exportar**: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de preços. 9. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior**: abrindo as primeiras páginas. 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.

LUDOVICO, Nelson. **Comércio exterior**: preparando sua empresa para o mercado global. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 11. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

RODRIGUES, Paulo R. A. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e a logística internacional**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata; FENDT, Roberto (org.). **Brasil na arquitetura comercial global**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003; [S.l.]: Ed. da FGV.

KEEDI, Samir; MENDONÇA, Paulo C. C. de. **Transportes e seguros no comércio exterior**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2004.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Identidade, Etnia e Multiculturalismo	60	04

EMENTA:

Antropologia e biologia. Os conceitos de raça. Cultura e etnia. Cultura e identidade. Nações, grupos étnicos e Estado nacional. Direitos e diferença. Identidade nacional e multiculturalismo. Políticas de reconhecimento. O local e o global. Movimentos sociais. Territorialidade e identidade.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL, Jaime Vaz. **Pandorga da Lua**. Porto Alegre: WS Editor, 2005.

BARBALHO Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Identidades**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: P&A, 2006.

JACKS Nilda. **Mídia Nativa**: indústria cultural e cultura regional. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

8º Período		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Estágio Curricular Supervisionando	225	05
EMENTA:		
A supervisão de estágio deve ser entendida como acompanhamento e assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por docentes (supervisor e preceptores de estágio), reconhecidos pela Coordenação do Curso da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, de forma a proporcionar aos estagiários o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática. O Estágio é orientado bilateralmente e conclui com apresentação de um relatório.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Tópicos emergentes em	60	04
EMENTA:		
A definir pelo professor do curso de referente departamento.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Pensamento social	60	04
EMENTA:		

Constituição de uma concepção da identidade nacional. Principais pensadores sobre Nação, raça e cultura. Do pensamento social à sociologia acadêmica. Diferentes projetos intelectuais em torno da formação do Estado e da nação. As interpretações do Brasil de 1930 a 2014. Intérpretes da política brasileira. Pensamento político brasileiro conservador, de esquerda e a partir da periferia.

REFERÊNCIA BÁSICA

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem – A elite imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MICELI, Sérgio. (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS / Brasília: CAPES, 2002.v.4.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico..** São Paulo: Editora Senac, 2004.v.2.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro – Uma introdução a um programa de organização nacional**. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1982a.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1982b.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DA Matta, Roberto. **A casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RICÚPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

Disciplina	Carga horária	Crédito
Estado e Políticas públicas	60	04

EMENTA:

Construção da esfera pública no Brasil. Relação público/privado. Crise e reforma do Estado. Políticas públicas, democracia e participação.

REFERÊNCIA BÁSICA

ARENDT, Hannah. “As esferas pública e privada”. *In: A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability Horizontal e Novas Poliarquias**. Lua Nova 44, 1998.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, n.21, jun. 2000..

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CUNHA, E. P. e CUNHA, E. S. (2002). “Políticas Públicas e Sociais”. *In*: A. Carvalho *et al.*. (orgs, **Políticas Públicas**. Belo Horizonte, Editora UFMG.

MARTINS & NUNES (org.) **A Nova Ordem Social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Política Brasileira	60	04

EMENTA:

Localismo e centralismo na formação da estrutura política brasileira. Clientelismo e corporativismo na formação da cultura política brasileira. Populismo e autoritarismo. Democratização, crise social e crise política. Partidos no Brasil.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANASTASIA, Fatima & RANULFO, Carlos. Brasil: dos décadas de democracia. **Revista de Ciencia Política**. V 29. N .2 2009 (p. 275 a 300).

BRAGA, Maria do S. Eleições e democracia no Brasil. **RBCP**. N. 4. 2010. p. 43-73.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. *In*: **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012. (p 51 a 83).

SOO-PANG, Eul. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Celina. Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas no Brasil Pós-1988. **Sociologia Política**. N. 24. 2005 (p. 105 a 121).

Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Teorias da história	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo do pensamento histórico e Ciências Sociais. Fundamentos epistemológicos do conhecimento histórico. Estudo das múltiplas correntes historiográficas e seus referências teóricas metodológicas enquanto modelos explicativos de história.</p>		
<p>REFERÊNCIA BÁSICA</p> <p>BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Lisboa; Europa-América.1983..</p> <p>BOUTIER, J. e JULIA, Dominique Passados recompostos: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ.</p> <p>BURKE, Peter. A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp. 1992.</p> <p>REIS, José Carlos. Entre a Filosofia e a Ciência. São Paulo: Autêntica,2007.</p> <p>ROCHA, Filipe. Teorias sobre a História. Braga: Faculdade de Filosofia, 1982.</p> <p>REFERÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p> <p>BURKE PALHARES, Maria Lúcia Garcia. As muitas faces da história: nove histórias. São Paulo: Editora da Unesp. 2000.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo.(org.). Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia.Rio de Janeiro, Campus, 1997.</p>		
Nome da Disciplina	Carga horária	Crédito
Ecologia política e relações internacionais.	60	04
<p>EMENTA:</p> <p>A contribuição da ecologia política para as ciências sociais: a justiça ambiental. A ecologia política e as relações internacionais: primeiras abordagens teóricas. A ecologia política incorporada às RI: o debate Norte-Sul. A emergência da Ecopolítica Crítica Internacional. A teoria verde das RI: a Ecopolítica Crítica Internacional.</p>		
<p>REFERÊNCIA BÁSICA</p> <p>LE PRESTRE, P.; <i>Ecopolítica internacional</i>. São Paulo: Editora Senac, 2000.</p>		

SHIVA, Vandana. *Monocultures of the mind: perspectives on biodiversity and biotechnology*. London: Zed, 1994.

WATTS, Michael; & PEET, Richard. Liberating political ecology, em PEET, Richard; & WAATS, Michael; (eds.). *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. London, New York: Routledge, p. 3-47, 2004.

VOGLER, J.; *The global commons: a regime analysis*. London: Wiley, 1995.

YOUNG, O. R.; *International cooperation: building regimes for natural resources and the environment*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1989.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

Fernanda, M. S., e Helena, M. M. Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecológica Crítica Internacional, **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** n.20 Brasília. maio./ago.. 2016.

SANT'ANNA, F. M.; *Governança multi-escalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia*. Tese (doutorado) em geografia humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

YOUNG, Oran. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. *International Organization*, v. 36, n. 2, p. 277-87, 1992.

2.9.3 Estágio curricular supervisionado

Com o estágio supervisionado o aluno deverá traçar uma ponte entre a formação teórica e a vivência profissional, sendo confrontado por situações concretas próprias do espaço profissional. Deverá, para tanto, ser realizado sob a supervisão e responsabilidade da Assessoria de Relações Internacionais da UEMA. O estágio supervisionado tem como objetivos:

- integrar teoria e prática em situações reais;
- propiciar a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com o currículo pleno do curso;
- proporcionar contato com a profissão por meio de uma prática efetiva;
- desenvolver a consciência profissional.

A modalidade de estágio do curso de Relações Internacionais contida neste PPC consiste no Estágio não obrigatório e foi elaborada conforme a lei nº 11.788/2008, que, no Artigo I, § 2º, o define como: “Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (BRASIL, 2008).

Neste item estão reunidas e sistematizadas as diretrizes e os procedimentos técnicos, pedagógicos e administrativos para assegurar a realização do estágio curricular não obrigatório de modo a permitir o exercício da prática profissional futura. O estágio curricular – obrigatório ou não obrigatório – não cria vínculo empregatício com as instituições envolvidas. Os estágios curriculares do curso de Relações Internacionais deverão seguir as diretrizes contidas neste PPC, a legislação vigente, Seção VI da Resolução nº. 1369/2019-CEPE/UEMA, considerando a Lei Federal nº 11.788/2008 de 25 de Setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Deverão ser planejados, orientados, acompanhados e avaliados pelos professores do curso de Relações Internacionais, em conformidade com este projeto pedagógico, podendo contar com apoio, para esses fins, do preceptor ou supervisor do local em que está sendo realizado o estágio.

A formação complementar é composta pelas atividades de Estágio Curricular Supervisionado, que possui uma carga horária de 225 horas.

As atividades dos/as estagiários/as deverão ter relação direta com os campos de relações internacionais e suas diferentes problemáticas; diversidade de modelos e acordos diplomáticos, processos comerciais e possibilidades acadêmicas.

O estágio supervisionado poderá ser realizado no próprio espaço da UEMA, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público e privado.

Em um levantamento prévio, sejam selecionados alguns possíveis parceiros para esta atividade tais como Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos – SECAP, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SECTUR, Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, Secretaria de Estado da Mulher – SEMU, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca- SAGRIMA, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Estado de

Indústria Comércio e Energia – SEINC, Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL, Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária – SETRES, Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial – SEIR, Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude – SEEJUV, Secretaria Extraordinária de Articulação das Políticas Públicas – SEEPP, Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais – SEPE, Secretaria de Representação Institucional no Distrito Federal, Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB), Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Maranhão – ARSEMA, Agência Executiva Metropolitana – Agem, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão – AGERP, Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão – AGED, Polícia Federal, Consulados Centro de Internacional de Negócios do SEBRAE, dentre outros.

Antes de iniciar o estágio, o discente deverá apresentar ao coordenador de curso um pedido formal demonstrando o interesse da instituição na qual pretende estagiar, bem como apresentar quantos relatórios forem solicitados.

Nessas, o aluno aprofundará o conhecimento disciplinar adquirido através do contato com a prática no campo profissional. Essas atividades possibilitam ao aluno contato mais direto com as atividades relacionadas às diferentes áreas das Relações Internacionais. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas, exercícios de construção de cenários prospectivos, exercícios de análise de conjuntura, conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais.

Desse sentido na mesma linha da valorização da autonomia na formação acadêmica, elas pressupõem um engajamento ativo do aluno no desenvolvimento das diferentes áreas, na escolha de temáticas de investigação e da apropriação dos conhecimentos adquiridos para realização de interfaces profissionais e enriquecimento do perfil do egresso.

2.9.4 Atividades Complementares - AC

As Atividades Complementares são componentes práticos que visa possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes. Constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do

formado. Neste curso corresponderá ao total de 180 h.

Nessa perspectiva, incentivam-se iniciativas de participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior.

Para o cumprimento da carga horária, o discente deverá solicitar por meio de requerimento à Coordenação do Curso, a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado só poderá ser contabilizado uma única vez. A validação das atividades deverá ser feita por banca composta pelo Colegiado do Curso, como presidente, e por, no mínimo, dois docentes do curso. Somente poderão ser contabilizadas as atividades que forem realizadas no decorrer do período em que o aluno estiver vinculado ao Curso.

2.9.5 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Segundo a Resolução nº 1369//2019-CEPE/UEMA, SEÇÃO VIII, para efetivar a conclusão da Licenciatura em Relações Internacionais o aluno deve apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de caráter científico pré-orientada por um professor vinculado a uma IES, voltada para o conteúdo das disciplinas cursadas ou assunto de interesse do aluno, mas, que seja capaz de consolidar as atividades desenvolvidas no curso. Além dessa opção o aluno poderá, ainda, apresentar projetos integrados completos ou proposta metodológica para o ensino básico.

Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o aluno que alcançar nota 9,0 (nove), poderá ter um artigo sobre a temática indicado para a publicação na revista eletrônica do curso, denominada de “Outros Tempos”.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é de autoria de um único estudante, exceção feita ao TCC que tratar de Proposta Pedagógica, ficando neste caso limitado, no máximo, a três acadêmicos. O mesmo está descrito na seção VIII, da resolução no 1369/2019 – CEPE/UEMA das páginas 27 a 31:

Art. 101 O TCC será de autoria de acadêmicos e poderá constituir-se de: I. proposta pedagógica, com fundamentação em paradigma educacional; II. proposta tecnológica, com base em projeto de

pesquisa científica; III. projeto metodológico integrado; IV. projeto de invenção no campo da engenharia; V. produção de novas tecnologias; VI. produção de programas de computação de alta resolução; VII. produção de trabalho monográfico; VIII. produção de artigo científico, seguindo as normas de revistas indexadas; IX. produção e defesa de Relatório de Estágio, que demonstre a cientificidade da relação teoria e prática desenvolvida no currículo, igualmente na produção do Relatório da Monitoria. § 1º O Trabalho de Conclusão de Curso é de autoria de um único estudante, exceção feita ao TCC que tratar de Proposta, ficando, neste caso, limitado a três estudantes, no máximo. § 2º A estrutura e formatação gráfica do TCC deverão seguir o padrão específico disponibilizado no endereço eletrônico da Universidade (<www.uema.br>).

Art. 102 A matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso somente poderá ser realizada desde que: *I.* O estudante não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular.

II. A requisição do projeto de trabalho seja feita na Direção de Curso no semestre anterior à realização do TCC, respeitado o trâmite de orientação e homologação pelo Colegiado de Curso. *III.* O projeto de TCC tenha sido entregue, no período estabelecido pela Direção de Curso, para submissão e avaliação a critério do Colegiado de Curso e consequente homologação do parecer do avaliador.

Art. 103 Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação pessoal e direta de um professor entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho. §1º A orientação acadêmica dos estudantes com necessidades educacionais especiais deverá ser feita com o apoio e de acordo com as recomendações do Núcleo de Acessibilidade (NAU) da Uema. §2º Sem prejuízo de outras atividades, a Assembleia Departamental ou o Colegiado de Curso, na inexistência de Departamento, quando da distribuição de carga horária dos professores, estabelecerá um percentual para os professores que orientarão TCC, respeitando o limite dos seus regimes de trabalho. §3º Cada professor poderá orientar até 5 (cinco) TCC por semestre. §4º Poderão orientar TCC professores não pertencentes ao quadro da Uema, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto, e seja comprovada a sua condição de professor

universitário por declaração da IES de origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do estudante. §5º O documento de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue à Direção de Curso junto com o projeto de TCC. §6º Pode haver mudança de orientador, a critério do estudante, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificadas por escrito à Direção de Curso.

Art. 104 O TCC deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos, penúltimo e último período. §1º Na primeira fase, o estudante apresentará, na data designada pelo Diretor de Curso, um Projeto de TCC, devidamente assinado pelo professor orientador, que deverá ser homologado pelo Colegiado de Curso. §2º Na segunda fase, o estudante desenvolverá o projeto aprovado que deverá ser entregue na data designada pelo Diretor de Curso. §3º As três vias do TCC serão entregues ao Diretor de Curso, que as distribuirá aos professores que comporão a banca examinadora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de defesa designada pelo Diretor de Curso. §4º A banca examinadora será composta por 3 (três) professores, sendo presidente o professor orientador, 2 (dois) professores membros e mais 2 (dois) professores suplentes; sendo que todos deverão ser indicados pelo Colegiado de Curso. §5º Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, devidamente justificada, poderá ser designada, pela Direção de Curso, a substituição do membro ausente por um dos suplentes da banca, ou ainda, no caso da falta do orientador, determinar nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 105 Será automaticamente reprovado o TCC sob acusação de plágio. §1º Considera-se plágio a apropriação ou cópia de um trabalho de natureza intelectual sem a autorização do autor ou sem citação da verdadeira origem. §2º A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio, ou outra, estará sujeita às penalidades previstas no artigo 202 deste Regimento. §3º Constatado o plágio, pelo professor, o ato será registrado em protocolo específico e encaminhado para a Direção de Curso, que o anexará ao dossiê do estudante. §4º Será atribuída nota zero ao TCC sob acusação de plágio.

Art. 106 A defesa do trabalho consiste na exposição oral do conteúdo

pelo estudante durante 30 (trinta) minutos, e terá 10 (dez) minutos para as respostas à arguição de cada componente da Banca Examinadora. §1º Da defesa resulta uma nota numérica, calculada pela média aritmética das notas de apresentação escrita e exposição oral, atribuídas por cada membro da banca, ocorrendo aprovação quando a média for igual ou superior a 7,0 (sete) ou reprovação do trabalho, em caso de nota inferior, registradas em ata a ser arquivada na Direção de Curso. §2º A avaliação poderá ser concluída quando não houver exigência de alterações e, quando houver, fica o estudante com prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para entregar uma via da versão definitiva à Direção de Curso, sob pena de invalidação de nota atribuída ao trabalho. §3º A aprovação também poderá ser condicionada à realização de mudanças de forma ou conteúdo, ficando o estudante com prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para proceder à modificação e entregar uma via da versão definitiva à Direção de Curso. §4º A banca examinadora apresentará, por escrito, as observações relativas à avaliação do TCC, a fim de que o estudante proceda às alterações indicadas. §5º A versão modificada será encaminhada ao professor orientador ou professor designado pela banca para proceder à revisão, a ser concluída no prazo máximo de 2 (dois) dias, sob pena de invalidação da nota atribuída ao trabalho.

Art. 107 A via definitiva será entregue à Direção de Curso para posterior encaminhamento à Biblioteca Central.

Os documentos e registros elaborados deverão ser escritos de acordo com as normas da ABNT estabelecidas para a redação de trabalhos técnicos e científicos.

2.10 Metodologia de Funcionamento do Curso

O curso de Relações Internacionais – Bacharelado terá a CH total de 3.105 horas, que deverá ser integralizada em um tempo mínimo de 4 (quatro) anos, com um mínimo de 200 dias letivos anuais, em turno vespertino, funcionando em regime seriado semestral.

O funcionamento do curso será regido por meio da Resolução 1369/2019-CEPE/UEMA, no Seção III – do funcionamento dos cursos:

Art. 34 As atividades acadêmicas dos cursos de graduação serão organizadas pelo sistema seriado semestral, ordenado em períodos letivos subsequentes, dispostos por

área de concentração essencial ao desenvolvimento do curso, observado o presente Regimento, bem como em regime intensivo no caso dos Programas Especiais, a saber: *I.* O período letivo regular independe do semestre civil. *II.* O período letivo regular, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, é de 100 (cem) dias letivos, no mínimo, por semestre, 18 (dezoito) semanas em cada semestre, conforme definido no Calendário Acadêmico aprovado no CEPE e homologado no CONSUN. *III.* O regime modular poderá ser adotado em programas especiais e, em caso de decisão colegiada e reorganização dos currículos, para os cursos de graduação que optarem, em seus projetos pedagógicos, pela articulação e integração por módulos do currículo.

Art. 35 As Direções de Centros e/ou os Departamentos e as Direções de Curso assegurarão o funcionamento contínuo entre os períodos letivos, compatibilizando as férias docentes com as atividades acadêmicas, como segue: *I.* A oferta de período especial poderá ocorrer após cada semestre regular, com duração de 4 (quatro) semanas, e carga horária diária máxima de 4 (quatro) horas/aula desde que seja resguardada a qualidade do ensino e identificada a real necessidade da oferta de disciplina pelo Colegiado de Curso, não prejudicando o período letivo subsequente e não permitindo disciplinas com carga horária superior a 90 (noventa) horas/aula. *II.* A realização de período especial, de que trata o inciso anterior, deverá ser submetida ao departamento de locação da disciplina ou à Direção de Curso, na inexistência de departamento, para aprovação e constará de justificativa da proposta e número mínimo de 10 (dez) requerentes para a composição de uma turma, aprovado em Assembleia Departamental ou Conselho de Centro com a devida comprovação da Ata. *III.* A Direção de Curso encaminhará o pleito à PROG, após aprovação pelo departamento ou pela Direção de Centro, no caso de inexistência de departamento, que publicará edital abrindo as inscrições no período especial, com limite máximo de até duas disciplinas por estudante, vetado o trancamento. *IV.* A atividade docente será obrigatória no período especial, excetuando-se os professores que se encontrarem em gozo de férias regulamentares. §1º Em se tratando de Programa Especial, a oferta do período especial letivo ficará condicionada ao

número de estudantes inscritos, face à necessidade de ultimar a integralização curricular. §2º Os cursos na modalidade EaD, observadas suas condições para oferta, considerarão o estabelecido no § 3º do artigo 109 deste Regimento.

Art. 36 Quanto ao funcionamento, um curso será considerado: *I.* Ativo, quando se encontrar em funcionamento regular e oferecido vagas no Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) para ingresso nos últimos dois anos. *II.* Suspenso, quando se achar em processo de desativação, não ter disponibilizado vagas do PAES nos dois últimos anos, com apenas atividades acadêmicas de finalização do curso para os estudantes ativos nele cadastrados. *III.* Inativo, quando deixar de oferecer vagas do PAES e não possuir nenhum estudante ativo no ano de referência, mas pode ser reativado a qualquer momento, a critério da instituição. *IV.* Extinto, quando não oferecer novas vagas para qualquer processo seletivo, não possuir nenhum estudante ativo cadastrado e sem possibilidade de reativação. §1º A situação relativa ao inciso II deve ser decidida pelo CEPE/CONSUN, mediante proposta aprovada pelo órgão colegiado da unidade de vinculação a qual pertença o curso. §2º As situações relativas aos incisos III e IV são decididas pelo CEPE/CONSUN. § 3º Aos estudantes dos cursos suspensos devem ser asseguradas as condições indispensáveis para que possam concluí-lo.

A proposta metodológica do curso de Relações Internacionais – Bacharelado – constitui-se no polo aglutinador em torno do qual se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção emana das epistemologias que concebem a formação em ciências humanas, como vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica.

Essa proposta visa vivenciar, organizar, analisar e refletir criticamente sobre o contexto das Relações Internacionais e das inúmeras instituições e empresas do estado do Maranhão, que se enumeram ao longo de tantos espaços nacionais e internacionais, quase indiscriminadamente.

A metodologia que permeia os planos de ensino do curso é pautada na premissa da interdisciplinaridade, o que fica evidenciado, especialmente, nas relações que são

estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz curricular.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico.

Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, regulação, finalização e integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico será apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os professores se utilizam de atividades como ensino teórico, ensino prático e Atividades semipresenciais.

Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação, organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina. A realização dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado e publicado no Calendário da UEMA.

Deste modo, a formação do egresso do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais está diante de parâmetros que desenvolvam sua consciência crítica e autorreguladora, seu posicionamento diante das necessidades e possibilidades da comunidade. Aliado a esses preceitos lista a seguir as atividades práticas metodológicas serão desenvolvidas no curso:

- Participar de forma ativa de todo o processo de construção da Universidade Estadual do Maranhão;
- Criar parcerias com as empresas e instituições públicas e privadas;
- Criar parcerias com todas as secretarias de estado do Maranhão;
- Estabelecer estratégias e prioridades na capacitação do quadro de professores;
- Criar cursos de capacitação e atualização para funcionários;
- Implantar programas de pós-graduação fortalecendo a vocação do curso;
- Buscar, ampliar e fortalecer o intercâmbio com organismos de estímulos à pesquisa nacional e internacional;

- Criar laboratórios de simulações integrados em forma de corredores científicos;
- Promover reuniões de estudo, conferências, publicações, seminários temáticos, dentre outros;
- Criar fórum envolvendo a comunidade em geral, para a discussão dos problemas ambientais em seu âmbito maior na busca de alternativas para equacionar problemas emergentes na sociedade;
- Oportunizar estabelecimento de parcerias entre diferentes fatores ambientais e institucionais mobilizados e comprometidos com o socioambiental;
- Implantar núcleos, projetos de pesquisas e extensão envolvendo todo o corpo docente, discente e funcionários.

2.11 Avaliação

2.11.1 Avaliação do ensino-aprendizagem

Avaliar consiste numa das tarefas mais complexas da ação formadora, uma vez que implica no diagnóstico das causas, bem como nas correções dos desvios que ocorrem no percurso traçado para o processo de formação. Visa também aferir os resultados alcançados em relação às competências, ou seja, em que medida foram desenvolvidas e onde será necessário retomar ou modificar o curso da formação.

Nesse sentido, a avaliação deverá ter como finalidade a orientação do trabalho dos docentes na formação, permitindo-lhes identificar os níveis e etapas de aprendizagem alcançadas pelos alunos.

Em se tratando da verificação dos níveis alcançados pelos alunos durante o curso, é fundamental que a avaliação esteja focada na capacidade de acionar conhecimentos e mobilizar outros em situações simuladas ou reais da atuação profissional.

Com esse fim, necessário se faz a utilização de instrumentos e meios diferenciados dos que comumente são empregados na avaliação do processo de ensino. Ganham importância: conhecimentos, experiências, atitudes, iniciativa e a capacidade de aplicá-los na resolução de situações-problema.

Os procedimentos e os critérios empregados de avaliação de Ensino-aprendizagem do discente no Curso de Relações Internacionais – Bacharelado - Campus São Luís são regulamentados em consonância do Capítulo V - DA AVALIAÇÃO da Resolução nº 1369/2019-CEPE/UEMA e suas respectivas alterações.

Art. 168 A avaliação da aprendizagem será feita por disciplina, abrangendo frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios.

Art. 169 A aprendizagem será avaliada por meio de 3 (três) avaliações relativas ao plano de ensino da disciplina. §1º As formas e as datas das avaliações dos processos de ensino e aprendizagem devem estar previstas no plano de ensino da disciplina e em conformidade com o Calendário Acadêmico. §2º As avaliações são correspondentes ao primeiro, segundo e terceiro terços dos planos de ensino das disciplinas. §3º O resultado da avaliação da aprendizagem será expresso em nota variável de zero a dez, com, no máximo, uma casa decimal após a vírgula, atendendo Aos prazos do Calendário Acadêmico. §4º Na hipótese do parágrafo anterior, a segunda casa decimal deverá ser considerada apenas para fins de arredondamento para uma casa decimal, seguindo as regras matemáticas. §5º O professor deverá registrar faltas e notas obtidas em cada avaliação no Sistema Acadêmico, em conformidade com o Calendário Acadêmico. §6º O registro e controle dos diários são de responsabilidade dos professores cadastrados em suas respectivas turmas. §7º O estudante de curso presencial, quando obtiver 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, em qualquer tempo do plano de ensino, estará automaticamente reprovado, não podendo fazer as avaliações subsequentes. §8º O professor deverá entregar os originais de trabalhos e provas, inclusive a prova final, aos estudantes.

Art.170 Será considerado aprovado em cada disciplina o estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 7 (sete). §1º Nos cursos presenciais, a nota geral da disciplina (ND) é a média aritmética calculada a partir das três notas (n), correspondentes às avaliações de cada terço do plano de ensino de cada disciplina, conforme a seguinte fórmula $ND = (1^n + 2^n + 3^n)/3$

Art. 171 O estudante que não realizar uma das provas previstas no plano de ensino poderá formalizar pedido de segunda chamada no Departamento ou na Direção de Curso, em caso de inexistência de Departamento, desde que não tenha mais de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas relativamente à carga horária total da disciplina, e na modalidade EaD tenha realizado no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das atividades avaliativas virtuais. §1º O pedido de segunda chamada, autorizado uma única vez por disciplina, independente de justificativa, deverá ser formalizado no Departamento responsável pela disciplina ou na Secretaria do curso, no caso de inexistência de departamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a realização da verificação. §2º Nos cursos na modalidade EaD, o pedido deve ser dirigido ao coordenador de curso. §3º O professor responsável deverá observar o prazo no Calendário Acadêmico para realização da

avaliação. §4º O indeferimento do pedido de segunda chamada somente ocorrerá por faltas acima do limite previsto no caput deste artigo, ou por perda do prazo definido no § 1º, ou por já ter sido deferido um pedido para segunda chamada para a disciplina, e o estudante deverá ser comunicado pelo Departamento ou pela Direção de Curso, em caso da inexistência de departamento. §5º O conteúdo das avaliações de segunda chamada serão referentes ao primeiro, segundo ou terceiro terço do plano de ensino das disciplinas, correspondente à ausência do estudante.

Art. 172 Será concedida revisão de nota ao estudante que a solicitar fundamentadamente no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir do recebimento da avaliação.

Art. 173 Ao estudante que comprovadamente utilizar meios fraudulentos nas provas e nos trabalhos desenvolvidos será atribuída nota zero, além de tomadas as medidas disciplinares que forem julgadas necessárias.

Art. 174 O estudante que obtiver média da disciplina igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete) e que tenha comparecido, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas, no ensino presencial, ou tenha realizado no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das atividades avaliativas virtuais na modalidade a EaD, poderá ser submetido à avaliação final.

2.11.2 Avaliação Institucional

Nos últimos anos, há um consenso em torno da necessidade de se programar programas de avaliação em todos os níveis de ensino, uma vez que esse processo, baseado em referências construtivistas, possibilita a análise crítica das instituições, tanto do ponto de vista administrativo como do ponto de vista pedagógico, e posterior reconstrução da realidade.

Nessa perspectiva, a UEMA concebeu seu projeto de Auto avaliação Institucional 2016-2020 aprovado na Reunião da Comissão Própria de Avaliação - CPA/UEMA realizada no dia 10 de novembro de 2015, enfatizando como objetivo maior subsidiar uma política de gestão e implantar o projeto político-pedagógico da instituição, conforme o prescrito na Lei nº 10861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), condição indispensável para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, além de credenciamento e reconhecimento da Universidade. Para tanto, conta-se com a instauração da Comissão

Permanente de Avaliação (CPA), definida pelo art. 11, da Lei nº 10.861, com as atribuições de:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes: *I* - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; *II* - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (MEC - SINAES, 2004).

Assim, o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão estabelecida pela Resolução nº 1369/2019-CEPE/UEMA, caracteriza-se o processo de auto avaliação dos cursos de graduação, sejam coordenada pela PROG, por meio da DAAE/CTP, em estreita colaboração com as Direções ou Coordenações dos referidos cursos e demais setores da UEMA.

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso deverá ser contínua, em especial após cada ciclo avaliativo, em que se identificam as exigências de melhorias no curso; quando ocorrerem modificações e novas exigências nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado – Relações Internacionais; além de observação da demanda de perfil profissional almejado no mercado de trabalho.

No tocante a avaliação do curso, a Comissão Permanente de Avaliação – CPA realizará junto aos graduandos avaliações periódicas em relação ao curso, as disciplinas, aos docentes e aos próprios discentes, cujos resultados subsidiarão as discussões e as atuações do NDE e do Colegiado em busca da melhoria deste PPC e do curso.

A avaliação do curso implica em ações coordenadas por parte da Pró-reitoria de

Graduação (PROG/UEMA) e Colegiado do Curso acerca da organização e implementação de processos participativos de avaliação da prática docente, contando com a participação de estudantes e professores na identificação e análise da qualidade do trabalho.

Assim, as ações do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UEMA deverão estar em consonância com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) da UEMA. Os resultados das avaliações deverão nortear o planejamento de ações futuras com vistas a permanente qualificação do trabalho de formação docente.

Assim de conformidade com o Projeto de Avaliação Institucional, seremos avaliados da seguinte forma:

Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

- autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE) – avalia o desempenho dos estudantes, de acordo com as orientações do SINAES, em nível nacional, a avaliação do desempenho é realizada por meio da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) fundamentado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do Exame, e é considerado componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Seu modus

operandi consiste na seleção dos estudantes pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), os quais devem comparecer e realizar o exame, obrigatoriamente.

A meta final desse procedimento avaliativo é a de identificar fragilidades e potencialidades da instituição. A partir dos dados coletados e apresentados em relatório abrangente e detalhado, com análises, críticas e sugestões, este instrumento colabora na tomada de decisão para revisão das atividades com impacto na qualidade educativa. A adequada implementação e os bons resultados de um processo de auto avaliação pressupõem algumas condições fundamentais, segundo as orientações gerais para o roteiro da auto avaliação das instituições (BRASIL, 2004). A autoavaliação ocorrerá em seis etapas (detalhadas na seção 5.3, “Procedimentos Metodológicos”, do Projeto de Auto avaliação Institucional 2016-2020):

1. Sensibilização e apresentação do projeto;
2. Levantamento de dados;
3. Sistematização dos dados e informações coletadas;
4. Análise e consolidação dos dados e informações;
5. Divulgação dos resultados e coleta de sugestões;
6. Elaboração do relatório conclusivo.

Nesse sentido, o processo de autoavaliação dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão representa uma ocasião ímpar para a identificação do nível de qualidade de atuação do mesmo como formador de recursos humanos e como propulsores do desenvolvimento do Estado.

Assim sendo, é prioritário promover a sensibilização prévia e a conscientização da comunidade, que estará permeando todo o processo de avaliação. O uso dos resultados da autoavaliação, após ampla discussão no seio do curso, servirá de subsídio para o processo de decisão seja em âmbito individual, seja em âmbito institucional. Cada pessoa – docente, discente e gestor - deverão usar os resultados da avaliação de suas atividades como instrumento de melhoria de seu desempenho e dos resultados de suas atividades. Espera-se que a autoavaliação seja um momento de reflexão, onde a CURSO estará analisando seus diversos segmentos em um processo autocrítico e

reflexivo. Nesta etapa serão analisados, a partir de uma série de indicadores, os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios conclusivos que reflitam a realidade do curso.

Os servidores técnico-administrativo, docente e discente poderão a participar do processo de Autoavaliação Institucional da UEMA e, dessa forma, contribuir para a melhoria da qualidade acadêmica e administrativa da nossa instituição. Para consecução deste processo serão avaliados: os cursos, as disciplinas e os egressos. As etapas correspondentes ao diagnóstico serão desenvolvidas mediante a aplicação dos instrumentos descritos na Tabela 3.

Tabela 3– Etapas avaliadas na aplicação dos instrumentos de avaliação

INSTRUMENTO	O QUE AVALIA	QUEM AVALIA	QUANDO AVALIA
1	Curso	Discente	Semestral
2	Disciplina	Discente	Semestral
3	Disciplina	Docente	Semestral
4	Curso	Docente	Anual
5	Curso	Egresso	Anual

Fonte: Relatório de Avaliação dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão – 2015.

O desafio maior é desencadear amplo e abrangente processo de avaliação, exequível e confiável, o qual levando à revisão do posicionamento da instituição em relação a seu meio e diante dos seus objetivos possibilite aos seus tomadores de decisão um verdadeiro instrumento para o planejamento da melhoria institucional.

3 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1 Núcleo docente estruturante – NDE

A Universidade Estadual do Maranhão por meio da Resolução nº 1023/2019 - CONSUN/UEMA, criou e regulamentou o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão. Assim, em conformidade com esta resolução, por meio do seu órgão colegiado, o Curso de Relações Internacionais Bacharelado criará e normatizará o funcionamento do seu NDE, a partir da definição e indicação do coordenador do curso e seu colegiado, definindo suas atribuições e os critérios de constituição.

Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

De acordo com Resolução nº 1023/2019- CONSUN/UEMA, foi criado o Núcleo Docente Estruturante - NDE – do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Assessoria de Relações Internacionais – ARI, responsável pela elaboração, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do projeto pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Prover a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Fomentar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisas e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Acompanhar o cumprimento da aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- Propor ações de melhorias para o curso a partir dos resultados dos processos internos e externos.

O NDE será constituído pelo Diretor do Curso, como seu presidente e, no mínimo, quatro docentes do curso, sendo o limite máximo definido pelo regimento do NDE para ao curso. A indicação dos representantes no NDE será feita pelo colegiado de curso por mandato de 2 anos, podendo cada membro ser reconduzido apenas por dois mandatos.

O NDE reunir-se-á ordinariamente, por convocação do seu presidente, bimestralmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Na ausência ou impedimento eventual do diretor de curso, a presidência do NDE será exercida por docente designado por esta. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência destes.

As competências do NDE do Curso de Relações Internacionais Bacharelado são a seguir:

- Elaborar e acompanhar o projeto pedagógico deste curso;
- Avaliar e atualizar o PPC de acordo com as demandas do curso;

- Apresentar relatório de acompanhamento e avaliação do PPC e do desempenho dos docentes ao colegiado do curso para conhecimento e providências junto à CPAD;
- Analisar e avaliar os programas de disciplinas e encaminhar ao colegiado do curso para aprovação;
- Analisar continuamente o resultado da avaliação dos cursos de graduação (AVALGRAD), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), do Conselho Estadual de Educação (CEE) para o aperfeiçoamento das condições do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, o NDE do Curso de Relações Internacionais Bacharelado será composto, a princípio, pelos os seguintes professores:

PORTARIA N° 1041/2019- GR/UEMA	
NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO
*Thales Passos de Andrade	Doutor em Ciências
Rodrigo Bastos Raposo	Doutor em Direito
Alamgir Khan	Doutor em Ciências

*Presidente

3.2 Gestão do Curso (diretor de centro, curso e técnicos-administrativos)

O curso de Relações Internacionais Bacharelado, vinculado ao Centro de Ciências Sólidas e Aplicada (CCSA), será monitorado pela Assessoria de Relações Internacionais – ARI, o qual tem como Assessor o Professor Doutor Thales Passos de Andrade.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais estará a cargo de um Diretor, assessorado por um Colegiado e NDE de Curso. O Diretor de Curso será um docente de carreira da Universidade Estadual do Maranhão, lotado no Centro/Departamento do respectivo Curso, e deverá ser eleito através de votação direta e secreta e nomeado pelo Reitor, nos termos da legislação vigente na Universidade. O mandato de diretor do Curso será de dois anos, permitindo uma única recondução.

Quanto ao Pessoal Técnico-Administrativo, do Curso de Relações Internacionais para o seu bom funcionamento, necessitará do apoio dos Centros/Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso e Secretaria, além de dois operacionais um em cada turno, um digitador e duas pessoas no apoio administrativo.

Um aspecto importante a destacar, refere-se ao fato de que um curso funciona com a participação do conjunto dos agentes envolvidos no processo. O destaque ao trabalho coletivo reforça a compreensão de que a construção do conhecimento é um

trabalho conjunto, integrado e deve mostrar a responsabilidade dos professores, alunos, técnico-administrativo em desenvolver uma prática educativa que valorize o compromisso social e político com a formação de um profissional socialmente engajado em seu tempo.

3.3 Colegiado de Curso

O Colegiado é um órgão deliberativo e consultivo do Curso, conforme o que determina o Art. 49 e seus segmentos do Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão, seção V, reproduzido ainda, no Art. 20 e seus segmentos, do Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos da Universidade Estadual do Maranhão:

Art. 49 Os Colegiados de Curso são órgãos deliberativos e consultivos dos Cursos e terão a seguinte composição: *I* - o Diretor de Curso como seu Presidente; *II* - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; *III*- um representante do corpo discente por habilitação.

Art. 20 Os Colegiados de Curso terão a seguinte composição: *I* - o diretor de Curso como seu presidente; *II* - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; *III* - um representante do corpo discente por habilitação.

3.4 Corpo Docente

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, sendo um curso interdisciplinar, contará com um Corpo Docente distribuído em sua maioria no curso que atende ao currículo, os quais servem de suporte às atividades didático-pedagógicas do referido curso de Relações Internacionais. Entretanto, quando se compara o elenco de disciplinas, observa-se que a maioria das disciplinas seja ministrada pelos os docentes dos cursos de graduação de Administração, Geografia, História, Matemática, Letras, Direito, ciências sócias e Engenharia de computação da UEMA. Para ministrar algumas disciplinas específicas, precisará da contratação de quatro professores seletivados (por enquanto) para atender a sua demanda.

Tabela 4 – Corpo docente para ministrar as disciplinas

NOME	REGIME			TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL		DISCIPLINA	Experiência no exercício da docência superior
	20h	40h	TIDE		Contrato	Efetivo		
Aláide Sampaio Costa		X		Mestre		X	Introdução ao estudo do direito	8
Thiago Alisson Cardoso de Jesus		X		Doutor		X	Introdução ao estudo do direito	7
Flávio Trindade Jerônimo		X		Mestre		X	Introdução ao estudo do direito	8
Rodrigo Otávio Bastos Silva Raposo		X		Doutor		X	Direito internacional	5
Marcelo de Carvalho Lima		X		Mestre		X	Direito empresarial	8
Gisele Martins de Oliveira Neves		X		Mestre		X	Direito empresarial	5
Nicodemus Araújo Costa			X	Mestre		X	Economia	7
Francisco da Chaga Matos		X		Mestre		X	Micro e Macroeconomia	6
Ludgard Santos Ricci		X		Mestre		X	Micro e Macroeconomia	6
Raimundo Borges de Souza Júnior	X			Especialista	X		Mercado de ações e capitais	2
José de Ribamar Silva Morais			X	Mestre		X	Comércio Exterior	25
José de Ribamar Silva Morais			X	Mestre		X	Negócios Internacionais	25
Gutemberg Pacheco Lopes Júnior		X		Doutor		X	Negócios Internacionais	5
Laercio Marques do Nascimento Filho		X		Mestre		X	Administração pública e governança	25
Irlane Regina Moraes Novaes			X	Doutor		X	Administração pública e governança	15
Airton Feitosa Cunha			X	Mestre		X	Estrutura e processos organizacionais	17

Lúcia Helena Saraiva de Oliveira		X		Mestre		X	Empreendedorismo	16
José de Ribamar Silva Morais			X	Mestre		X	Empreendedorismo	25
Claudiane Diniz da Silva						X	Consultoria organizacional	
Washington Luís Campos Rio Branco		X		Doutor		X	Geopolítica do Espaço Mundial	20
Ana Rosa Marques		X		Doutor		X	Geografia humana do Brasil	15
Hermeneilce Xasti Aires Pereira Cunha			X	Doutor		X	Geografia humana do Brasil	16
Luís Jorge Bezerra da Silva Dias		X		Doutor		X	Ecologia e conservacionismo	15
Marcelo Cheche Galves			X	Doutor		X	História da América Independente	15-20
Carine Dalmas			X	Doutor		X	História da América Independente	12-15
José Henrique de Paula borralho			X	Doutor		X	Teorias da história	15-20
Yuri Michael pereira costa			X	Doutor		X	Teorias da história	12-15
Isaac Giribet Bernat			X	Doutor		X	História do mundo contemporâneo	10
Fabio Henrique monteiro silva			X	Doutor		X	História do mundo contemporâneo	10
Marcia Milena Galdez Ferreira			X	Doutor		X	História dos povos indígenas do Brasil e das américas	15-20
Maria Iranilde Almeida Costa		X		Doutora		X	Teoria da comunicação	25-30
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos		X		Doutor		X	Língua Inglês – Nível básico	25-30
José Haroldo Bandeira Sousa		X		Doutor		X	Língua Inglês - Nível básico	33
Ivonete Rodrigues Lopes		X		Mestre		X	Língua Inglês - Nível básico	15
Denise Maia Pereira Laurindo		X		Mestre		X	Língua Inglês- Nível básico	8
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos		X		Doutor		X	Língua Inglês- Nível intermediário	25-30
José Haroldo Bandeira Sousa		X		Doutor		X	Língua Inglês- Nível intermediário	33

Ivonete Rodrigues Lopes		X		Mestre		X	Língua Inglês- Nível intermediário	15
Denise Maia Pereira Laurindo		X		Mestre		X	Língua Inglês- Nível intermediário	8
A definir pelo DLET							Língua Francesa - Nível básico	
A definir pelo DLET							Língua Francesa - Nível intermediário	
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos		X		Doutor		X	Língua espanhola- Nível básico	25-30
Denise maia pereira Laurindo		X		Mestre		X	Língua espanhola- Nível intermediário	8
Ivonete Rodrigues Lopes		X		Mestre		X	Língua espanhola- Nível básico	15
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos		X		Doutor		X	Língua espanhola- Nível intermediário	25-30
Denise Maia Pereira Laurindo		X		Mestre		X	Língua espanhola- Nível intermediário	8
Ivonete Rodrigues Lopes		X		Mestre		X	Língua espanhola- Nível intermediário	15
José Carlos de Castro Dantas		X		Doutor		X	Filosofia	27
Edward Pereira Rodrigues Júnior		X		Doutor		X	Filosofia	27
Francisco Valderio Pereira da Silva Júnior			X	Doutor		X	Filosofia	22
Lívia Janine Leda Fonseca Rocha			X	Doutora		X	Psicologia	19
Maria José Cardoso Fiquene			X	Mestre		X	Psicologia	34
Antônia Marcia Sousa Torres		X		Mestre		X	Psicologia	21
Leda Maria Gonçalves			X	Mestre		X	Psicologia	32
Mary Joice Paranaguá Rios Rodrigues			X	Mestre		X	Leitura e produção textual	16
Soraya Maria Siqueira de Souza		X		Mestre		X	Leitura e produção textual	16
Ivonete Rodrigues Lopes		X		Mestre		X	Leitura e produção textual	26
Tereza Cristina Mena Barreto de Azevedo		X		Doutora		X	Leitura e produção textual	30

Lívia Ignaes Silva	X			Mestre	X		Língua brasileira de sinais	8
Lincoln Sales Serejo		X		Doutor		X	Filosofia política	34
Francisco Valderio Pereira da Silva Júnior			X	Doutor		X	Hermenêutica	19
Terezinha de Jesus Amaral da Silva		X		Mestre		X	Educação e diversidade cultural	25
Washington Luís Rocha Coelho			X	Doutor		X	Educação e diversidade cultural	27
Tatiana Raquel Reis Silva			X	Doutora		X	História e cultura afro-brasileira	15
Antônio Evaldo a Barros			X	Doutor			História e cultura afro-brasileira	15
Viviane de Oliveira Barbosa			X	Doutor		X	História e cultura afro-brasileira	15
Cristovam Dervalmar Rodrigues Teixeira Filho		X		Mestre		X	Estatística	08
A definir (Seletivado I)							Teoria Das Relações Internacionais	
A definir (Seletivado I)							Relações Internacionais: Organizações Internacionais	
A definir (Seletivado II)							Relações internacionais: Processos de Integração Regional	
A definir (Seletivado II)							Diplomacia e política externa	
A definir (Seletivado III)							Sistema ONU, desafios do multilateralismo e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	
A definir (Seletivado III)							Relações Internacionais: Comércio e Investimentos	
Thales Passos de Andrade			X	Doutor		X	Estratégia e Planejamentos de Internacionalização das IES	
Thales Passos de Andrade			X	Doutor		X	Estágio Supervisionando	

3.5 Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UEMA estará constituído de:

- Um(a) Diretor(a);
- Um(a) secretária,

4 INFRAESTRUTURA

4.1 Infraestrutura física existente para desenvolvimento das atividades pedagógicas

Inicialmente, o curso de Relações Internacionais Bacharelado deverá funcionar em espaço próprio, a ser disponibilizado pelo Centro de Ciências Sócias e Aplicadas (CCSA), ao qual estará vinculado do ponto de vista administrativo-institucional, sendo que, os espaços pedagógicos desse centro (CCSA) atendem às demandas da formação profissional proposta para quase todos os cursos de licenciaturas e bacharelados.

Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a Instituição dispõe, nos *campi*, de salas de aula, auditório, laboratórios de informática com equipamentos de multimídia, conectados à internet, e biblioteca.

4.2 Acervo bibliográfico

A Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão funciona nos três turnos, sendo constituída de uma área de 2.500 m², onde se encontra uma sala de acervo com 180 m, uma sala de referência, uma sala de leitura, uma sala de reprografia, duas salas de projeção, um mezanino, duas salas de aula, uma sala de informática, um laboratório de restauração, um gabinete da direção, uma secretaria, um guarda volumes, um complexo de banheiros, um auditório e setor de periódico.

O corpo técnico da Biblioteca é constituído por uma diretora, quatro bibliotecárias, duas auxiliares, dez funcionários auxiliares e dois vigilantes.

O Curso de Relações Internacionais, como um curso Interdisciplinar, hoje

possui, em média, um acervo dentro dos padrões do MEC, entre livros adquiridos, lícitado e periódicos da CAPES.

As transformações científicas e tecnológicas que ocorrem de forma acelerada, exige das pessoas novas aprendizagens. Nos últimos anos, tem se observado cada vez mais o uso do computador e de outras tecnologias, que trazem uma grande mudança em todos os setores do Campus desta Universidade. Hoje a UEMA, tem quase todos os setores ligados em rede, e a maioria dos cursos com acesso a Internet o que facilita em parte os trabalhos de pesquisa.

O Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais e o Centro de Ciências Tecnológicas e Centro de Ciências Tecnologia (CCT) possuem um laboratório de informática com computadores ligados em rede.

A infraestrutura da UEMA está organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação. Os espaços pedagógicos atendem às demandas da formação profissional proposta para os cursos de licenciatura. Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a Instituição dispõe, nos *campi*, salas de aula, auditório, laboratórios de informática com equipamentos de multimídia, conectados à Internet, e biblioteca. Além disso, há disponível, no *site* da UEMA, o acervo da **Biblioteca Virtual Universitária Pearson**.

Tabela 5 – Quantidades dos Livros disponível na Biblioteca

Ord.	TEMA	Quantidades dos Livros
1	Relações Internacionais	43
2	Economia	93
3	Ciência política	104
4	Etnologia/Folclore	45
5	Filosofia	75
6	Leitura e produção textual	170
7	Língua espanhola, Inglês e Francês	50
8	Sociologia	93
9	Teoria do estado	100
10	Micro e Macroeconomia	100
11	Direito	200
12	Estatística	100
13	Planejamento	47
14	Antropologia	60
15	Integração Regional	37
16	Segurança pública	70

17	Geografia Humana	100
18	Geografia Econômica	120
19	História da América	100
20	Comércio e Investimentos	80
21	Democracia, Poder Local e Gestão de Políticas Públicas	230
22	Mercado de Ações e Capitais	100
23	Teoria política contemporânea	120
24	Psicologia	147
25	Diplomacia e Política Externa	130
26	Política Brasileira	140
27	Web e comércio eletrônico	100
28	Geopolítica do Espaço Mundial	100
29	Comércio Exterior	167
30	Sistema ONU	40
31	Desafios do multilateralismo e Cooperação Internacional	80
32	Comunicação	100
33	Mídia	90
34	Negócios Internacionais	80
35	Identidade, etnia e Multiculturalismo	120
36	Pensamento social	160
37	Planejamento social	190
38	Teorias da história	100
39	Mundo contemporâneo	100
40	Direito empresarial	100
41	Administração Pública e governança	150
42	Processos organizacionais	150
43	Povos indígenas do Brasil e das américas	100
44	Empreendedorismo	100
45	Consultoria organizacional	39
46	Educação e diversidade cultural	56
47	Cultura afro-brasileira	98

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras em curso de Licenciatura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Decreto nº 15.581, de 30 de maio

de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 1 - CONAES, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2015/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-109.2018-.-cee.-ma-reconhecimento-renova%C3%A7%C3%A3o1.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 1369 - CEPE/UEMA, de 21 de março de 2019. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em: <https://www.uema.br/wp-content/uploads/2019/07/resolucao-n-1369-2019-cepe-uema.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução nº 1023 – CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-1023-2019.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho

de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução nº 886/2014 - CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução nº 891 – CONSUN/UEMA, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução nº 875/2014 – Estabelece procedimentos para proposição de criação de cursos de graduação UEMA. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2017/10/Resolucao-n-875-2014.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 1.045/2012 – CEPE/UEMA - Normas Gerais de Ensino de Graduação. Disponível em: <https://www.uema.br/imagens-noticias/files/Normas-Gerais-do-Ensino-de-Graduacao-UEMA.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução nº 1.077/2013 – CONSUN/UEMA – Aprova unificação das estruturas curriculares dos cursos de graduação da UEMA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução

nº 826/2012 – CONSUN/UEMA – Orienta a formação de NDE nos cursos da UEMA. Disponível em: https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2017/10/CONSUN_826-2012.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução CONAES/SINAES nº 001/2010 – Normatiza o NDE dos cursos. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho de Administração. Resolução nº 194/2015-CAD/UEMA - Disciplina a concessão de bolsa para estágio obrigatório de estudantes da UEMA. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2015/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-194CAD-bolsa-estagio.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes obrigatório e não obrigatório. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Portaria Normativa nº 16/2018 – GR/UEMA, que estabelece procedimentos e prazos referentes à tramitação de processos para elaboração de projetos pedagógicas. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2015/03/PORTARIA-NORMATIVA-N%C2%BA16-2018-GR-UEMA.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 4/2017 – CNE/CES; que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Internacionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução nº 875/2014 – CONSUN/UEMA, que orienta a formação do Núcleo Docente

Estruturante no âmbito da UEMA. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2017/10/Resolucao-n-875-2014.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 2, de 12 de Julho de 2007 - CNE/CES; que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. “Normas Gerais do Ensino De Graduação” Aprovadas pela Resolução nº 1045/2012 - CONSUN/UEMA, 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.uema.br/imagens-noticias/files/Normas%20Gerai%20do%20Ensino%20de%20Graduacao.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Internacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2017-pdf/67951-pces243-17-pdf/file>. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. Lei. 9394 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.

CERVO, Amado Luís; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 1996.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Normas Gerais do Ensino de Graduação. Resolução nº 423/2003 — CONSUN/UEMA. São Luís, 2003. Disponível em: <https://www.ensinar.uema.br/wp-content/uploads/2018/03/normasgeraisdoensinodegraduacao.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n° 203/2000 — CEPE/UEMA. Aprova as Diretrizes Gerais para a Reconstrução curricular nos Cursos de Graduação da UEMA. Disponível em: https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2017/09/CEPE_203-2000.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n° 276/2001 — CEPE/UEMA. São Luís, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. Resolução n° 3131/2002 – CONSUN/UEMA. São Luís, 2002.

ANEXOS E APÊNDICES